
SABER E FÉ
04

## Aviso importante!

Esta matéria é uma propriedade intelectual de uso exclusivo e particular do aluno da Saber e Fé, sendo proibida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, exceto em breves citações com a indicação da fonte.

COPYRIGHT © 2015 - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - SABER E FÉ

04

# DOUTRINA DAS ESCRITURAS

PAULO RIBEIRO

SABER E FÉ

## Versão da matéria: 1.0

Nossas matérias são constantemente atualizadas com melhorias e/ou possíveis correções.
Para verificar se existe uma nova versão para esta matéria e saber quais foram as alterações realizadas acesse o link abaixo.

**www.saberefe.com/area-do-aluno/versoes**

# Sumário

03 ▶ Introdução

05 ▶ Capítulo 1 ▼ A Bíblia e seus testamentos

09 ▶ Capítulo 2 ▼ O material da Bíblia

11 ▶ Capítulo 3 ▼ Os tipos de escrita

14 ▶ Capítulo 4 ▼ As línguas da Bíblia
14 ◘ O hebraico
16 ◘ O aramaico
18 ◘ O grego

20 ▶ Capítulo 5 ▼ Inspiração da Bíblia
20 ◘ A importância da doutrina da inspiração
21 ◘ A Bíblia como revelação
22 ◘ O relato bíblico a respeito da inspiração
26 ◘ Evidências externas da inspiração
27 ◘ Definição de inspiração

29 ▶ Capítulo 6 ▼ Consequências da inspiração divina
30 ◘ Deus se revela na Bíblia
30 ◘ A Bíblia forma uma unidade completa
31 ◘ A Bíblia permite o encontro entre Deus e o homem
32 ◘ A inerrância da Bíblia se evidencia

**35 ▶ Capítulo 7 ▼ Desvios da doutrina da inspiração**

35 ◘ A inspiração bíblica segundo o liberalismo teológico

36 ◘ A inspiração bíblica segundo a neo-ortodoxia

37 ◘ Aspectos positivos da neo-ortodoxia e do liberalismo

**39 ▶ Capítulo 8 ▼ O histórico e a recuperação do cânon sagrado**

39 ◘ O desenvolvimento do cânon do Antigo Testamento

42 ◘ O desenvolvimento do cânon do Novo Testamento

44 ◘ A recuperação do texto bíblico

**49 ▶ Capítulo 9 ▼ A literatura do período intertestamentário**

**55 ▶ Capítulo 10 ▼ Manuscritos, traduções e versões das Escrituras**

56 ◘ Principais manuscritos do Antigo Testamento

57 ◘ Principais manuscritos do Novo Testamento

59 ◘ Traduções e versões das Escrituras

**65 ▶ Conclusão**

**66 ▶ Referências bibliográficas**

## ▼ Introdução

A Bíblia, de uma forma simplificada e bastante objetiva, pode ser considerada a mais primorosa obra literária de toda História e de todo o mundo. Ela acumula em suas páginas relatos épicos que narram episódios sem precedentes para seu tempo; todos reputados como verídicos segundo a fé cristã comum, e ainda segundo evidências arqueológicas, documentais e históricas.

Esses mesmos episódios corroboram para a formação de um maravilhoso emaranhado de normas de conduta que atingem o homem diretamente em seu caráter, detendo então a capacidade de moldar o comportamento de pessoas, fenômeno jamais observado em qualquer outro volume escrito em qualquer tempo e por qualquer pessoa.

Observando-se o emprego das muitas versões da Bíblia entre os cristãos evangélicos, sempre trazendo uma coleção de 66 livros agregados em seu volume, percebe-se logo que as Sagradas Escrituras separam-se em dois períodos históricos distintos; dois majestosos blocos cronológicos conhecidos como Antigo Testamento (AT) e Novo Testamento (NT), sem os quais muito do que se viveu ou se catalogou na história perderia completamente o sentido.

Esta mesma pérola literária inigualável exige que seus apreciadores a respeitem na condição de obra divinamente inspirada. Exige ainda que a recebam como um instrumento de transformação e manutenção do caráter humano (Hb 4.12), uma vez que pode, em tempo relativo, dar nova forma a toda uma vida, corrigindo distorções que nenhuma outra concepção de educação é capaz de realizar. Isto se dá porque a condição humana limitada educa de fora para dentro, enquanto o magnânimo Deus, por sua Palavra, lapida de dentro para fora.

Mas não é só isso. É necessário ainda que aqueles que se aproximam do texto bíblico possam reconhecê-lo tanto dentro da simplicidade de seus desígnios, quanto na complexidade de suas parábolas e profecias, para o que será necessário consultar a exegese e a hermenêutica textual no momento do exercício de interpretação.

Nesta disciplina, porém, não abordaremos a hermenêutica e a exegese, matérias que serão compartilhadas em estágio mais avançado do presente curso. O que pretendemos aqui é comunicar os mais elementares conhecimentos acerca do texto bíblico, oferecendo aos nossos estudantes ferramentas imprescindíveis ao exame textual bíblico em suas bases e dando-lhes condições para que possam acolher o conteúdo sagrado de forma sensata e adequada as muitas circunstâncias que envolvem tanto a fé quanto o Deus a quem esta fé nos conduz.

A Bíblia nem sempre teve espaço dentre as obras literárias permitidas aos homens. Muito pelo contrário, em certo período remoto da História a leitura bíblica chegou a ser vetada aos leigos e consentida apenas aos ministros católicos romanos, que estabeleciam leis eclesiásticas como bem entendiam, alijando o povo do contato direto com a Palavra de Deus.

Com o advento da Reforma Protestante, proposta por John Huss e Martinho Lutero, os protestantes passaram a fazer uso consciente e assíduo do texto bíblico, tornando-o uma literatura pública.

Para se ter uma dimensão maior da referida proibição, até mesmo o Brasil teve seu período de cerceamento em relação ao manuseio bíblico, numa época em que as Bíblias eram confiscadas e todos os que a possuíam eram perseguidos. Atualmente, com a liberdade de expressão legalmente determinada, muitos têm descoberto o valor do seu uso.

*Best Seller* desde sua primeira impressão, a Bíblia é uma coleção de escritos considerados pela Igreja cristã como inspirados por Deus, conforme reza o texto de 2Timóteo 3.16, quando dita: "Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça."

Dessa forma simplificada e básica, damos início à análise deste maravilhoso monumento literário, patrimônio divino entregue aos homens para que por ele todos cheguem à salvação, mostrando assim que, acima de qualquer outro livro, a Bíblia busca um resultado que excede em excelência tudo o que os infinitos volumes derramam nas incontáveis prateleiras em torno da Terra, pois nenhum de seus respectivos autores alcançaria o conhecimento de Deus, seus planos, e, acima de tudo, sua infinita misericórdia.

# Capítulo 1

## ▼ A Bíblia e seus testamentos

O termo "Bíblia" não se encontra dentro do texto das Sagradas Escrituras. Ele é derivado do nome que os gregos davam à folha de papiro preparada para a escrita: *biblos*. Tratava-se de um rolo de papiro de tamanho pequeno que era chamado *biblion*. Quando havia uma coleção com dois ou mais desses livrinhos agrupados, o volume era então chamado de *bíblia*.

Portanto, literalmente, a palavra "Bíblia" quer dizer "coleção de livros pequenos". É claro que devemos atribuir essa nomenclatura a alguém que esteve em contato com esta história e que por certo fez parte de um grupo mais intimamente ligado às Escrituras Sagradas. A personalidade tida como autora do nome pelo qual hoje conhecemos os escritos do Pai Eterno é, segundo a maioria das escolas teológicas, João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, que viveu no século IV da nossa era.

Precisamos entender, a despeito da terminologia grega, que dada à singularidade dessa obra em todo mundo, e segundo o respeito que ela mesma adquiriu entre os povos devido a sua unidade perfeita, o termo "Bíblia", ainda que seja um plural, como acabamos de ver, ganhou uma conotação singular, tendo atualmente por significado expressões como "O Livro"; "O Livro dos livros"; "O Livro por Excelência" e outros. Como livro divino, a definição canônica que poderíamos considerar em relação à Bíblia seria: "a revelação de Deus à humanidade". Mesmo assim, faz-se necessário abordar seu estudo levando-se em consideração sua composição plural, as principais divisões passíveis de serem identificadas em seu todo, e, panoramicamente, a natureza e razão de ser dessas divisões. Enfim, neste momento, abordaremos a estrutura da Bíblia.

A Bíblia, em sua composição clássica (composição adotada por cristãos protestantes), é composta por um total de 66 livros: 39 volumes no Antigo Testamento e 27 no Novo Testamento, tendo um intervalo cronológico de inscrições entre os dois testamentos de aproximadamente 400 anos. Forma-se com livros históricos, poéticos, proféticos, sapienciais e doutrinários. Trataremos em uma disciplina específica sobre seus autores e demais peculiaridades atinentes a cada livro e sua doutrina.

O Antigo Testamento, escrito em hebraico e – em pequenos trechos – aramaico, pode ser visto como o bloco cronológico que compõe a primeira parte da Bíblia, iniciado com o livro de Gênesis e findo com o livro de Malaquias, porção intitulada por alguns teólogos como "a revelação da Antiga Aliança" ou "Antigo Pacto". Esses termos (aliança, pacto ou seus sinônimos) são usados na própria Bíblia para designar o conjunto de livros que registram a história do povo hebreu sob o pacto que Deus havia feito com eles e, em um *sensus plenior*, com a humanidade.

Seus 39 livros podem ser classificados em quatro grupos: (I) o Pentateuco, (II) os livros históricos, (III) os livros poéticos e (IV) os livros proféticos. Esse modelo de divisão vem da Septuaginta (LXX), que é, como veremos, a tradução do Antigo Testamento para o grego. Vejamos:

| **Estruturação cristã do Antigo Testamento** | | |
|---|---|---|
| A Lei (Pentateuco)<br>5 livros | Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. | |
| Livros históricos | Josué, Juízes, Rute, 1Samuel, 2Samuel, 1Reis, 2Reis, 1Crônicas, 2Crônicas, Esdras, Neemias, Ester. | |
| Livros poéticos | Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares (ou Cântico dos Cânticos) | |
| Livros proféticos | Profetas maiores | Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel, Daniel. |
| | Profetas menores | Oseias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias. |

A Bíblia hebraica original, embora contenha os mesmos 39 livros, dispõe seus volumes em organização diferente. Tal divisão é atestada historicamente pelo livro de Siraque (ou Eclesiástico), pelo *Mishna* judaico, pelo historiador Flávio Josefo e, possivelmente, por Jesus, em Lucas 24.44.

| **Estruturação judaica do Antigo Testamento** | | |
|---|---|---|
| A Lei (Pentateuco)<br>5 livros | Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio. | |
| Os profetas | Profetas anteriores | Josué, Juízes, Samuel, Reis. |
| | Profetas posteriores | Isaías, Jeremias, Ezequiel, Os Doze. |
| Os escritos | Livros poéticos | Jó, Salmos, Provérbios. |
| | Cinco rolos | Eclesiastes, Cantares (ou Cântico dos Cânticos), Rute, Lamentações, Ester. |
| | Livros históricos | Daniel, Esdras-Neemias, Crônicas. |

O Novo Testamento, por sua vez, foi escrito inteiramente em grego e inicia-se com o livro de Mateus, prosseguindo até finalizar em Apocalipse. É visto como o segundo grande bloco da Bíblia e relata sobre a vinda do Messias, o cumprimento da nova aliança de Deus com os homens previamente e escatologicamente proferida pelo Senhor.

Os 27 livros que compõem o Novo Testamento podem ser classificados também em quatro grupos: (I) os Evangelhos, (II) um livro de história, (III) as epístolas, e (IV) um livro profético.

| Estruturação do Novo Testamento | |
|---|---|
| Evangelhos | Mateus, Marcos, Lucas, João |
| História | Atos dos apóstolos |
| Epístolas | Romanos, 1Coríntios, 2Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1Tessalonicenses, 2Tessalonicenses, 1Timóteo, 2Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus, Tiago, 1Pedro, 2Pedro, 1João, 2João, 3João, Judas. |
| Profecia | Apocalipse |

Apesar de a Bíblia Sagrada ser, para fins didáticos, estruturada dessa forma, não podemos perder de vista seu fator mais importante: sua unidade como Palavra de Deus (2Tm 3.16). O que pode ser considerado como a "completa Palavra de Deus" é a totalidade da Bíblia e não um ou alguns de seus livros.

Por fim, o período de aproximadamente 400 anos que separa o Antigo do Novo Testamento, juntamente com a vasta literatura nele produzida, será abordado mais adiante.

# Capítulo 2

## ▼ O material da Bíblia

Das regiões mais antigas do planeta e dos povos que as habitavam advém-nos o material e a própria escrita conservada nesse material. Foram as inscrições antigas nas cavernas, nas estátuas, nas colunas, nas tumbas e em material não perecível, como as tabuinhas de argila, os papiros e os pergaminhos, que forneceram informações sobre as civilizações antigas; conservaram-se documentos valiosos, como as cópias das Escrituras Sagradas do cristianismo e outros que elucidam diversas passagens das Escrituras.

Inscrições em pedras, cerâmica e metais foram encontradas. Entretanto, textos maiores precisavam ser escritos em material acessível, abundante e que pudesse ser transportado. Para tanto, foram utilizados inicialmente em algumas regiões as tabuinhas de argila e os óstracos; em outras, o papiro; além destes também havia o pergaminho.

Como os vales do Tigre e Eufrates são formados de terra de aluvião (argila formada nas margens dos rios), tornava-se barato e generalizado o uso da argila para a escrita. A argila úmida era moldada em tabuinhas geralmente planas de um lado e convexas do outro. Eram feitas incisões na argila mole, com um estilete, às vezes dos dois lados. A argila podia secar ao sol, mas a cocção (cozimento) nos fornos dava-lhe maior durabilidade. As inscrições oficiais eram colocadas num vaso de argila, onde se escrevia o resumo do conteúdo das tabuinhas. A tabuinha também serviu de instrumento para o correio internacional, como mostram as cartas de Tell el-Amarna (capital do Antigo Egito durante o reinado do faraó Akhenaton, também conhecido como Amen-hotep IV ou Amenófis IV).

Os óstracos referiam-se aos fragmentos de peças de cerâmica quebrados, material abundante e barato, utilizado no Egito, especialmente para exercícios escolares, cartas, recibos, contas etc., pois o papiro era caro. Nos óstracos escrevia-se com tinta e pena, o que permitia a grafia unicamente em caracteres aramaicos; isso explica a escassez deste tipo de material na Mesopotâmia. Em Atenas, para expressar a condenação ao "ostracismo" ou ao exílio, escrevia-se o nome dos condenados nos óstracos.

O papiro era feito dos talos da planta do mesmo nome, comum no antigo Egito. Eles eram cortados em tiras finas que eram sobrepostas em camadas cruzadas e prensadas. Escrevia-se sobre as fibras horizontais, que ficavam na parte interna do rolo de papiro, uma vez enrolado; em caso de necessidade, escrevia-se também do outro lado. Até a invenção do papel na China e de sua difusão pela Síria e Egito, durante os séculos VII a VIII d.C., o papiro foi o material mais corrente da escrita no mundo antigo. Escrevia-se com hastes de cana e tinta preta feita de fuligem. O papiro egípcio transformou-se em material de exportação, porém as condições de umidade dos demais países tornaram impossível a conservação de papiros escritos, a não ser na região do Mar Morto. O contrato de compra firmado pelo profeta Jeremias (Jr 32.10-14) foi, sem dúvida, escrito em papiro, dobrado e selado; as cartas de Paulo e outros textos do Novo Testamento também foram escritos em papiro. Documentos enterrados nos túmulos e ruínas, nas areias secas do Egito, sobreviveram até os dias de hoje.

Inicialmente, os papiros referentes a um livro eram emendados e enrolados, formando um rolo ou volume ("enrolar" em latim). Este tipo de rolo era conhecido em hebraico como *megilla* ou *megillat sefer*, expressão traduzida em Hebreus 10.7 por *kephalis bibliou*, na citação do Salmo 40.7. Um rolo podia conter um livro da mesma extensão do de Isaías. O Pentateuco necessitava de cinco rolos. Os rolos eram guardados em grandes jarros de cerâmica, do mesmo modo que foram encontrados os manuscritos do Mar Morto; aliás, esta era a forma de se guardar livros e documentos na antiguidade.

O pergaminho era a pele do animal curtida; sua utilização remonta ao terceiro milênio a.C. O exemplar mais antigo conservado é de mais ou menos 2000 a.C. Durante o século II a.C., a técnica de preparação do pergaminho aperfeiçoou-se bastante na cidade de Pérgamo, da qual tomou o nome. O fragmento mais antigo de um escrito cristão conservado em pergaminho é o *Diatéssaron*, de Dura-Europos, da primeira metade de século II d.C. Do Novo Testamento não se conservaram manuscritos em pergaminho anteriores ao século IV.

Assim como os papiros, o pergaminho inicialmente também era disposto em rolo; entretanto, aos poucos se passou ao uso do códice ou *codex*. Vários cadernhos de quatro folhas duplas formavam um códice de grossura ilimitada e de aspecto parecido com o de um livro moderno, com capas de madeira ou de couro. Os escritores cristãos adotaram desde o século II o uso do códice, rompendo assim com a tradição judaica que só admitia o uso do rolo para os textos sagrados. Em épocas posteriores, por causa do alto custo do pergaminho, costumava-se raspar o texto escrito para escrever sobre ele outro texto, dando assim origem aos códices *rescripti* ou palimpsestos. Procedimentos químicos e fotográficos permitem a leitura do texto raspado que era, com frequência, um texto bíblico.

# Capítulo 3

## ▼ Os tipos de escrita

As primeiras formas de escrita surgiram em relação direta com o tipo de necessidade que as motivaram, bem como com o tipo de material disponível para o registro dessas necessidades. A história da escrita, portanto, está intimamente ligada ao desenvolvimento da humanidade.

As primeiras formas de escrita que surgiram foram a cuneiforme e a hieroglífica. A escrita cuneiforme foi desenvolvida na região da Mesopotâmia por volta de 3100 a.C., embora alguns historiadores a datem de 4000 a.C. Como vimos, o material amplamente disponível nas regiões dos grandes rios era a argila, logo, o desenvolvimento da escrita cuneiforme foi influenciado pela oferta de material de apoio para a escrita.

A escrita cuneiforme era realizada em tabuinhas de argila com a utilização de uma espécie de estilete de metal ou madeira. Seus símbolos foram inicialmente pictográficos, mas evoluíram para símbolos mais abstratos até chegar a símbolos fonéticos. O principal motivo que levou ao desenvolvimento da escrita mesopotâmica foi o comércio. O desenvolvimento das relações comerciais levou à necessidade de registrar os diferentes tipos de transações.

O sistema cuneiforme foi, futuramente, adaptado para seis outros idiomas diferentes e influenciou a escrita alfabética de Ugarit, bem como o sistema silábico do persa antigo, formado de 51 sinais.

A escrita no Egito foi desenvolvida quase simultaneamente à escrita mesopotâmica, datando de cerca de 3000 a.C. Uma vez que o principal fator que motivou o desenvolvimento da escrita egípcia foi o religioso, essa escrita nasceu nas paredes dos túmulos e pirâmides, e era empregada pelos sacerdotes.

A escrita hieroglífica dos egípcios não pôde ser adaptada a outras línguas, como aconteceu com a cuneiforme. Os hieróglifos não representavam sílabas, mas apenas consoantes. A ausência de vogais impediu o conhecimento da pronúncia da antiga língua egípcia.

Com o passar do tempo, e notando a grande utilidade da escrita para outras finalidades, os egípcios passaram a utilizar a escrita hieroglífica em papiro e em placas de argila, modificando um pouco o caráter dos hieróglifos, deixando-os mais cursivos. Assim, a escrita em papiro, com pluma e tinta, conduziu à escrita hieroglífica cursiva, chamada hierática, utilizada para documentos ordinários, como cartas, contas e livros.

Depois, alcançando um terceiro estágio de desenvolvimento, mais precisamente no final do século VIII a.C., introduziu-se em cartas e documentos oficiais o uso da escrita demótica, mais simplificada e de caracteres mais ligados.

As três formas de escrita egípcia coexistiram durante séculos, e, por volta do século III a.C., devido à influência mundial da cultura helênica, a escrita hieroglífica passou a ficar mais estilizada, chegando a adotar alguns caracteres do alfabeto grego. Neste estágio da escrita egípcia, que perdurou até o terceiro século d.C., originou a língua copta.

Além do sistema de hieróglifos do Egito, outros sistemas independentes surgiram entre 2000 e 1000 a.C. em diferentes partes do Oriente Médio. Na região da atual Turquia (Ásia Menor do Novo Testamento), os hititas possuíam sua própria forma de hieróglifos, incluindo cerca de 70 sinais que representavam sílabas simples e 100 ou mais "sinais-palavras". Escrita semelhante existia em Creta, onde foram descobertas três formas relacionadas; outros exemplos foram encontrados na Ilha de Chipre e na Síria.

A escrita alfabética apareceu na Sírio-Palestina dos séculos 17 e 18 a.C., sendo que a mais antiga encontrou-se em 25 inscrições na Península do Sinai (1500 a.C.). A partir do momento em que se estabeleceram 22 letras para o alfabeto e ficou determinado que a escrita seria da direita para a esquerda, pode-se falar em escrita fenícia (por volta do ano 1000 a.C.). O alfabeto contribuiu para a difusão da escrita entre camadas cada vez maiores da população.

A língua hebraica era escrita na forma da escrita fenícia do século X a.C. ao século II d.C. Entretanto, no século III a.C., os judeus já haviam adotado os caracteres da escrita aramaica ou "quadrada", que evoluíra independentemente da escrita fenícia. O dito de Jesus acerca do "jota" ou "til", em referência à menor das letras, só tem sentido em relação ao tipo de escrita "quadrada" (Mt 5.8). Até os séculos V e VI d.C. não se desenvolveu a notação vocálica. O sistema vocálico infralinear, introduzido nos fins do século VIII, é utilizado nas Bíblias hebraicas atuais.

Todos estes métodos de escrita eram difíceis de aprender, pois apenas os escribas profissionais sabiam ler e escrever. As pessoas comuns recorriam aos especialistas para escrever cartas, fazer contas, o testamento ou ainda para ler cartas e outros documentos. O monopólio dos escribas só foi vencido quando o alfabeto se tornou amplamente conhecido. Em Judá, no século VIII a.C., muitas pessoas tinham selos com a inscrição de seus nomes, sem desenhos distintivos; eles não teriam utilidade se as pessoas não os soubessem ler, provando com isso que outras pessoas, além dos escribas, liam as inscrições.

# Capítulo 4

## ▼ As línguas da Bíblia

### ◘ O hebraico

Os textos encontrados em Ugarit e nas grutas do Mar Morto (*Qumrán*), além de inúmeras inscrições das mais diversas épocas e lugares, tornaram-se fontes de dados importantes para que se conhecesse o mundo linguístico cultural onde nasceram as Escrituras Sagradas do judaísmo e do cristianismo. O descobrimento arqueológico de inscrições anteriores ao exílio babilônico permite o conhecimento das formas arcaicas da língua hebraica.

Os cananeus, povos primitivos da Palestina, falavam uma língua semelhante ao hebraico e passaram essa herança aos israelitas. O hebraico é conhecido como a língua de Canaã (Is 19.18) ou mais frequentemente como judaico (Is 36.11; 2Cr 32.18). Os primeiros israelitas começaram a falar esta língua quando chegaram a Canaã. O alfabeto hebraico possui 22 caracteres, todos eles consoantes. Alguns representavam dois sons diferentes, dependendo sua relação com sons próximos.

Entre 900 a 600 a.C. a ortografia hebraica era escrita só de consoantes; a partir daí começaram a utilizar as chamadas *matres lectionis* para indicar as vogais longas, principalmente no final das palavras. Com o passar do tempo, começaram a marcar também as vogais breves. Entretanto, a escrita vocálica não começou a ser utilizada antes dos séculos V e VI d.C. Com isso, evitou-se o esquecimento da pronúncia exata do texto sagrado. As vogais não são indicadas por meio de letras e sim por meio de pontos e traços, colocados acima e abaixo das consoantes.

A característica mais curiosa da língua hebraica e das semíticas é a composição trilítera das raízes. Da mesma raiz podem derivar verbos e substantivos, com o mesmo significado. Exemplo: as três consoantes MLK formam o substantivo *MeLeK* (rei) ou a forma verbal *MaLaK* (ele reinou). Somente por meio do contexto se pode deduzir sobre a forma utilizada. Com o acréscimo de sufixos, prefixos e infixos, compõem-se as formas que indicam tempo e pessoa.

Os chamados tempos dos verbos perfeitos e imperfeitos não designam o tempo da ação, no passado, presente ou futuro, mas seu caráter completo ou incompleto. A referência temporal ao passado, presente ou futuro infere-se do próprio contexto.

A língua hebraica também é pobre em adjetivos e em formas específicas para expressar o comparativo e o superlativo. Utiliza expressões como: "o santo dos santos", o "Cântico dos Cânticos", para indicar o santuário mais santo e o cântico excelente.

O hebraico também tomou emprestado vários termos dos povos com os quais os judeus entraram em contato, como foram os casos dos egípcios, dos hititas, e dos hurritas. Tomou emprestado numerosos termos do semítico oriental, especialmente no que se refere à administração da justiça, às instituições de governo e ao exército. Fez empréstimos também de línguas não semíticas, como a língua persa. Desta provém o termo *pardes* que, por meio do grego da LXX (*Septuaginta*), *paradeisos*, e do latim da Vulgata, *paradisum*, deu origem ao termo "paraíso".

O hebraico bíblico ou clássico sobreviveu como língua falada e escrita, principalmente na Palestina, durante a época helenística e romana, tanto que os documentos encontrados em *Qumrán* foram escritos na língua hebraica idêntica à dos livros bíblicos.

O hebraico pós-bíblico aparece plenamente desenvolvido na *Mishná*, compilação de textos jurídicos terminada no início do século III d.C. Esse hebraico da *Mishná* representa um desenvolvimento da língua falada na Palestina, mais do que uma continuação da linguagem literária do Antigo Testamento. As cartas de Bar Kokba, datadas dos anos da segunda revolta judaica contra Roma (132-135 d.C.), provam que o hebraico era língua viva nesta época.

Ao longo da Idade Média, ao lado de composições escritas em hebraico artificioso, que já não reflete uma língua viva, encontram-se escritos em poesia e prosa de estilo elegante, comparável ao dos textos bíblicos, ainda que com evidentes influências de modelos árabes, principalmente quanto às formas métricas e à terminologia científica e filosófica. Na época moderna, os séculos 19 e 20 experimentaram o renascimento da língua, que na realidade nunca sofreu completo abandono.

A descoberta, em 1929, dos textos de Ugarit, permitiu os estudos do marco geográfico e cultural cananeu, ao qual pertencem a língua e a literatura bíblicas. A literatura ugarítica permitiu reconhecer, por exemplo, que as partículas hebraicas *be* e *lê*, além do respectivo significado de "em" e "a, para", possuem também o significado de "de" ou "desde". Assim, Isaías 59.20 deve ser traduzido por: "um redentor virá de Sião", conforme interpretação encontrada em Romanos 11.26. Palavras hebraicas mal copiadas ou mal interpretadas pela tradução manuscrita podem ser reconstruídas, segundo sua forma e significados primitivos, graças aos textos paralelos ugaríticos. Isso permitiu uma nova versão de muitas passagens do Antigo Testamento que ofereciam grandes dificuldades de tradução.

A descoberta mais extraordinária referente aos tempos do Novo Testamento foi a dos documentos do Mar Morto, em 1947, por um pastor de ovelhas. Ele encontrou jarros em algumas cavernas, contendo rolos antigos de couro (pergaminhos) e vendeu-os por um preço insignificante. Os arqueólogos se interessaram pelo material e recolheram mais de 400 rolos. Eles tinham pertencido à biblioteca de uma comunidade religiosa em *Qumrán*, na orla do Mar Morto; seus donos os esconderam quando o exército romano avançou contra os rebeldes judeus em 68 d.C. O calor seco da região os conservou. Estão escritos em hebraico ou aramaico e oferecem muitas informações sobre a vida religiosa judaica da época do Novo Testamento.

Os livros do Antigo Testamento eram os favoritos da biblioteca de *Qumrán*. Todos estão presentes, exceto o livro de Ester. Muitas cópias mostram que o texto hebraico tradicional (existente só em cópias feitas cerca de 900 d.C., antes desta descoberta) era corrente no século I d.C. e antes. Há outros textos hebraicos entre os rolos, que apresentam comentários sobre partes do Antigo Testamento, explicando nomes antigos de pessoas e lugares. Os homens de *Qumrán* eram muito diferentes dos cristãos primitivos, pois eram totalmente judeus e aguardavam a vinda do Messias. O estudo de sua atitude em relação ao Antigo Testamento esclarece sobre a maneira de Jesus e seus seguidores tratarem o mesmo.

## O aramaico

Devido à grande difusão dos arameus (que aumentou ainda mais quando os reis assírios conquistaram e deportaram grande número deles para a Assíria e a Pérsia), a sua língua, o aramaico, tornou-se a língua utilizada nas negociações diplomáticas e no comércio em todo o Oriente Médio, a partir de aproximadamente 750 a.C.

As inscrições aramaicas mais antigas que se conhecem datam do século IX a.C.

O aramaico transformou-se na língua oficial dos impérios assírio, neobabilônico e persa. Quando os oficiais assírios do rei Senaqueribe ameaçaram Jerusalém, os homens do rei Ezequias pediram-lhe que falassem em aramaico. Os decretos dos reis persas eram escritos nesta língua. Quando o povo que vivia em Israel apresentou queixas contra os israelitas, que tinham voltado com Zorobabel, escreveu ao rei em aramaico. Também parte do livro de Daniel foi escrita nesta língua (2Rs 18.26; Ed 7.12-28; 4.8-6.18; Dn 2.4-7.28).

Após o exílio na Babilônia, o aramaico começou a suplantar o hebraico na conversação cotidiana dos israelitas. Por isso, havia a preocupação em copiar as Escrituras Sagradas em hebraico, para não se esquecerem da língua escrita e falada. Depois da difusão da língua grega, por causa das conquistas de Alexandre Magno, o aramaico continuou sendo a língua mais falada; entretanto, nos negócios oficiais passou a ocupar o segundo plano.

A história da língua aramaica atravessou três períodos: o antigo, o médio e o recente.

O antigo corresponde ao tempo do império assírio, quando o aramaico era a língua oficial; grande parte da documentação do império persa que foi conservada está escrita no aramaico oficial, embora alguns escritos, como os provérbios de Ahiqar, empreguem o dialeto assírio. Os textos de Esdras mencionados anteriormente são deste período. Outras passagens foram originalmente escritas em aramaico e depois traduzidas para o hebraico e para o grego (Jr 10.11; Dn 2.4-7.28).

O período médio corresponde aos séculos compreendidos entre 300 a.C. e 200 d.C. Após o império persa, o grego começou a dominar sobre o aramaico. Alguns textos encontrados em *Qumrán* estão escritos no aramaico deste período. As fórmulas legais citadas na *Mishná* e nos dois Talmudes refletem a língua aramaica. Várias inscrições encontradas em Jerusalém, em tumbas, sarcófagos, ossários e outros objetos estão no aramaico ocidental. Na época do Novo Testamento, era falado pelos judeus. Há diversas frases em aramaico, como por exemplo: *taalitha kúmi* ("menina, levanta-te"); *abba* ("pai"); *Eli, Eli lama sabachtâni* (" Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?") (Mc 5.41; 14.36; Mt 27.46), além de expressões, como: *effatha*, *elloi*, *rabouni*, *maranatha*. Nomes próprios e topônimos também são aramaicos: Acéldama, Gólgota, Getsêmani, Betesda.

O período recente estende-se até após a conquista árabe (de 200 a 900 d.C.), quando o aramaico foi dividido em dialetos. No grupo ocidental aparecem o aramaico judeu (galileu), o cristo-palestinense e o samaritano. Documentos encontrados deste período são: os midrashes palestinos, os targums palestinos, inscrições funerárias de Jope, Bet-Shearim e Zoar, e numerosas inscrições sinagogais do século III ao VI d.C. O aramaico cristo-palestinense era falado pelos judeus convertidos ao cristianismo.

## O grego

A adoção da escrita consonântica fenícia para escrever o grego produziu-se em meados do ano 1000 a.C. Um personagem lendário chamado Kadmos introduziu a escrita fenícia na Grécia. A origem semítica da escrita grega encontra-se na semelhança de forma, valor fonético e ordem das letras em ambos os alfabetos.

Os livros deuterocanônicos do Antigo Testamento foram escritos em grego, embora o original de alguns deles estivesse em hebraico ou aramaico, como é o caso de Ben Sirac. O Novo Testamento foi escrito em grego, embora algumas partes tenham sido transmitidas primeiramente em aramaico.

O grego bíblico possui características especiais. Os escritores pagãos possuíam aversão à língua do Novo Testamento, distante do grego clássico. Os apologetas cristãos, como Crisóstomo, Agostinho ou Jerônimo, tratavam de justificar o estilo simples e popular dos textos.

Nos séculos 17 e 18, houve várias polêmicas entre os hebraístas que explicavam o desvio do grego bíblico em relação ao clássico por causa da influência do hebraico. O estudo dos numerosos papiros encontrados no Egito permitiu reconhecer que a língua do Novo Testamento nada mais é que a língua *koiné*, falada na época helenística de Alexandre Magno até o final da Idade Antiga, com Justiniano (século VI). A língua *koiné* era falada pelo povo e também utilizada pelos escritores da época, como: Políbio, Estrabão, Filon, Josefo e Plutarco. Conserva a estrutura do dialeto ático, misturada a elementos jônicos e com empréstimos de outras línguas, como os semitismos e latinismos.

Nos semitismos e aramaísmos percebe-se a influência semítica, assim como na lexicografia e na semântica. O termo *hypóstasis*, de Hebreus 11.1, encontra melhor explicação a partir do grego da *Septuaginta* e do equivalente hebraico *tohelet* ("esperança confiante e paciente"). Outros termos, como *doxa* ("glória"), *diatheke* ("aliança") e *psikhe* ("alma"), recebem um significado novo em relação ao hebraico. Precisa-se considerar, igualmente, a experiência dos primeiros cristãos, cuja força criadora de linguagem se manifesta nos neologismos, como: *antkeristos*, *diabolos*, *evangelismos* etc.

A peculiaridade do grego bíblico explica-se, na atualidade, como fenômeno da tradução da *Septuaginta*, originando significados estranhos de alguns termos, neologismos, uso indiscriminado de termos poéticos ou de prosa. Sintetizando: os evangelhos sinóticos refletem um grego de tradução, mais literário que literal; a influência da *Septuaginta* ao longo de todo o Novo Testamento manifesta-se principalmente no Evangelho de Lucas e em conceitos hebraicos das cartas paulinas, como os de justificação ou propiciação; o Apocalipse reflete, sobretudo, a conversação judaico-grega nas sinagogas.

As descobertas arqueológicas mais importantes para o estudo do Novo Testamento foram as coleções de documentos de papiros do Egito. Na maioria destes documentos foram usados a língua e o alfabeto gregos. Os estudiosos perceberam que se tratava de uma língua grega idêntica à do Novo Testamento; palavras e frases que ocorrem apenas uma ou duas vezes nos escritos neotestamentários aparecem repetidas vezes nos papiros.

Como exemplo, pode-se mencionar que estes papiros egípcios continham uma série de instruções do governo a funcionários locais ordenando-lhes a preparação para a visita do soberano. O termo usado para a visita nos documentos é *parousia*, a mesma palavra usada pelos autores do Novo Testamento para indicar a segunda vinda de Cristo.

Os papiros também revelam o ódio do povo contra o sistema de cobradores de impostos como aqueles existentes na Palestina. Testemunham recenseamentos feitos de 14 em 14 anos, quando avisos públicos ordenavam aos cidadãos que voltassem às suas terras de origem, tal qual aconteceu com José e Maria por ocasião do nascimento de Jesus.

Entre os documentos também foram encontradas cópias de obras gregas famosas como a *Ilíada*, a *Odisseia* e as *Histórias de Heródoto*. Também foram recuperadas cópias dos livros do Antigo Testamento em grego (*Septuaginta*) e do Novo Testamento. Um minúsculo fragmento é de página do Evangelho de João copiada em torno de 130. É a peça mais antiga dos manuscritos do Novo Testamento a sobreviver.

Dois dos mais importantes grupos de manuscritos do Novo Testamento são os papiros *Bodmer* (um dos quais data de fins do século II) e os papiros *Chester Beatty* (provavelmente do início do século III). Estes só contêm partes do Novo Testamento. O *Códice Sinaítico*, do século IV, contém todo o Novo Testamento, e o *Códice Vaticano* chega até Hebreus 9.13. Os dois manuscritos foram feitos provavelmente por copistas profissionais em Alexandria, no Egito. Poucas pessoas podiam possuir manuscritos das Escrituras Sagradas, por isso as igrejas cristãs geralmente possuíam alguns para uso de todos os seus membros.

# Capítulo 5

## ▼ Inspiração da Bíblia

A inspiração bíblica talvez seja uma das doutrinas mais importantes do cristianismo, muito embora seu desenvolvimento mais completo só tenha ocorrido em tempos relativamente recentes. De fato, o cristianismo, como religião, possui uma gama de doutrinas que o caracterizam e o distinguem. A matiz de doutrinas cristãs, no entanto, é composta por ensinamentos e dogmas que diferem entre si em termos de relevância para determinados propósitos, e a importância da "inspiração das Escrituras" evidencia-se, para todos os fins, como uma das primordiais. É sobre isso que tratará o início deste capítulo.

### ◘ A importância da doutrina da inspiração

Esse *status* importante da doutrina da inspiração, com efeito, está intimamente ligado às fontes das quais a teologia cristã é feita. Sabemos que toda e qualquer teologia não é erigida a partir de um único elemento, como, por exemplo, o seu cânon oficial. Ao contrário, as teologias são construídas sobre diversos pilares, sendo que apenas um destes fundamentos é o seu particular cânon sagrado. As prioridades de tais fontes em sua relação intrínseca têm sido alvo de discussões no meio teológico e filosófico, porém, a maioria dos estudiosos concorda, ao menos no que se refere ao cristianismo, que o cânon escrito detêm certa primazia hierárquica sobre as outras fontes.

A despeito da relevância de tais debates para o nosso estudo, a verdade é que qualquer proposição de teologia cristã saudável deverá, necessariamente, dar grande ênfase de prioridade à revelação bíblica (o cânon cristão), e isso por um motivo simples: mesmo considerando a legitimidade e a importância das outras fontes da teologia (como, por exemplo, a tradição e a experiência pessoal), nenhuma doutrina poderia ser construída unicamente sobre elas; todas as demais fontes devem ser reinterpretadas e processadas continuamente à luz da Bíblia.

Logo, é precisamente neste ponto que se torna possível entender a importância da doutrina da inspiração. Se a Bíblia não puder ser considerada um livro inspirado e, consequentemente, dotado de autoridade, a primordial fonte da teologia cristã perde seu tônus e o corpo de doutrinas do cristianismo passa a ser refém do mesmo relativismo que fustiga a credibilidade de outras religiões. Em outras palavras, se a Bíblia não puder ser considerada a "Palavra de Deus", dotada de autoridade para o cristão, as doutrinas do cristianismo teriam de se sustentar unicamente na tradição religiosa recebida, ou ainda, na experiência individual de cada crente.

Conclui-se, portanto, que para que o cânon cristão mantenha seu lugar na hierarquia das fontes teológicas, é necessário ter a plena consciência de que esse cânon foi divinamente inspirado e, para isso, faz-se necessário estudar a doutrina da inspiração. Antes, porém, de adentrarmos na doutrina em si, faz-se necessário empreendermos uma análise sucinta da natureza da revelação bíblica.

## A Bíblia como revelação

Para muitos cristãos, a natureza da revelação bíblica pode não estar tão bem discernida quanto julgam estar. Às vezes, os crentes têm sido doutrinariamente levados a crer que a Bíblia é a Palavra de Deus e, por isso mesmo, inerrante, autoritária e completa. Tais assertivas, embora verdadeiras, não esclarecem no que consiste essa revelação divina. Ao mesmo tempo, não definem o conceito de inerrância e tampouco a extensão do conceito de revelação. Isso, por fim, produz equívocos que, fatalmente, se reproduzem a cada geração de novos convertidos que são discipulados.

O primeiro fato a ser considerado é o de que a revelação bíblica está contida em uma categoria de revelação chamada, na teologia, de "revelação especial". A revelação especial de Deus difere de sua revelação geral.

A segunda categoria de revelação – a revelação geral – trata de como Deus revela a si mesmo a todas as pessoas de maneira geral e a principal característica desse tipo de revelação é o fato de que ela, embora não seja suficiente para salvar o homem (Rm 1.18-20; 2.14,15), é suficiente para condená-lo (1Co 1.21; 2.14). Na matéria Doutrina de Deus, a revelação geral é tratada brevemente com o nome "teologia natural".

A primeira categoria – a revelação especial –, por sua vez, trata de como Deus se revela de forma especialmente ligada à manifestação de seus propósitos redentores, e não se aplica à espécie humana em geral. Esta categoria de revelação é analisada, também brevemente, em Doutrina de Deus, com o título de "teologia bíblica" e, embora não se restrinja à revelação escrita (a Bíblia), é especialmente englobada pelas Escrituras.

O segundo fato importante que se deve considerar acerca da revelação bíblica é que ela é completa no sentido de que Deus nos revelou todo o necessário para a nossa salvação, entretanto, existe uma infinidade de verdades que Deus não nos revelou e que somente são do conhecimento dele. Em outras palavras, Deus não nos revelou tudo ou todas as verdades, mas unicamente as que ele quis revelar para que seu propósito fosse alcançado (Rm 15.4; Jo 20.30,31). A consequência imediata desse fato é que existem muitas coisas para as quais não temos uma explicação. Existem lacunas em nossa compreensão de muitos fatos que não foram preenchidos pelo conhecimento de Deus expresso na Bíblia. Quando isso acontece, a atitude mais sábia que podemos tomar é nos abster de tentar explicar o que Deus mesmo não quis explicar. Quando a Bíblia se calar, devemos também nos calar.

Como conclusão, pode-se sumarizar que a revelação bíblica é parcial (Jo 21.25), verdadeira (Jo 7.17), progressiva (Hb 1.1) e possui um propósito (2Tm 3.15-17). Algumas dessas qualidades da revelação bíblica serão estudadas mais profundamente nas próximas linhas e capítulos.

## ◘ O relato bíblico a respeito da inspiração

Até aqui, nestas palavras iniciais, mencionamos algumas vezes a questão da inspiração da Bíblia, e, neste ponto, iniciaremos uma abordagem no sentido de determinar esse conceito, analisá-lo e explicá-lo.

A doutrina da inspiração não foi imposta à Bíblia pelos estudiosos cristãos. Antes, a própria Bíblia mostra esse conceito de forma inequívoca, e uma sistematização de todas as passagens das Escrituras que, de alguma forma, reivindicam sua autoria divina, revelam variados e importantes aspectos dessa doutrina. Obviamente que argumentos contra a autoevidência bíblica da inspiração são comumente apresentados. Alguns, por exemplo, podem argumentar que um autotestemunho é essencialmente tendencioso e, por isso, pode não ser verdadeiro. Embora essa seja uma premissa válida, existe uma objeção a ela: verdadeiro ou não, qualquer testemunho precisa ser ouvido. E a veracidade desse testemunho só poderá ser comprovada após uma honesta análise dele. Portanto, vejamos, primeiramente, o que a Bíblia diz acerca da autoria dela, acerca da inspiração dela.

A primeira passagem que revela a qualidade inspirada da Bíblia é a de 2Timóteo 3.16. Esse versículo de Paulo nos mostra alguns aspectos muito importantes acerca da inspiração:

- ✓ "Toda Escritura é inspirada..." (essa é uma declaração da extensão da inspiração divina, ou seja, a Bíblia toda é inspirada por Deus, e não apenas parte ou partes dela);

- ✓"...a Escritura é inspirada por Deus..." Isso mostra que foi Deus quem inspirou a Bíblia e se opõe à ideia de que seus redatores humanos registraram suas próprias ideias, conceitos e opiniões sem que Deus, em última instância, os tivessem supervisionado;
- ✓"...inspirada por Deus e útil..." Essa última ideia revela a consequência direta do fato de Deus ter inspirado a Bíblia: ela se torna útil. Esse foi o propósito pelo qual Deus quis inspirar um cânon para seu povo.

A segunda passagem importante acerca da inspiração bíblica está em 2Pe 1.21. De forma equivalente, alguns aspectos ficam patentes nesse versículo.

- ✓"Nunca uma profecia foi proferida por vontade humana..." Isso nos mostra que não foi a vontade dos redatores bíblicos a força motriz para a confecção da Bíblia, mas a vontade de Deus; foi Deus quem quis que a Bíblia fosse escrita e assim ele providenciou;
- ✓"...mas foi movidos pelo Espírito Santo que homens falaram da parte de Deus." Com isso, fica claro que, embora os autores humanos tivessem sido ativos no processo da inspiração ("...homens falaram..."), a mensagem tinha origem em Deus uma vez que foram "movidos pelo Espírito". Em outras palavras, os homens de Deus foram levados pelo Espírito a registrar as palavras que comporiam a Bíblia Sagrada.

Prosseguindo, a terceira passagem das Escrituras que nos traz uma grande contribuição à doutrina da inspiração é a de 1Coríntios 2.13. Nesta passagem, Paulo ensina:

- ✓"...não falamos deles (os dons da graça de Deus) na linguagem que é ensinada pela sabedoria humana, mas na (linguagem) que é ensinada pelo Espírito, exprimindo o que é espiritual em termos espirituais." Essa passagem nos mostra que Paulo, assim como os outros redatores bíblicos, quando falou acerca de Deus, não expressou o conteúdo da mensagem (que, como já vimos, originou-se em Deus) com suas próprias palavras, mas utilizou as palavras que o Espírito Santo quis que ele utilizasse. Isso, como veremos, não significa que o Espírito ditou tais palavras a Paulo ou a qualquer outro escritor bíblico, mas significa que Deus se preocupou com as palavras que seriam utilizadas para expressar suas verdades.

Por fim, algumas passagens mostram que houve uma variedade de fontes bibliográficas para a redação da Bíblia. O conteúdo escriturístico não foi somente revelado por Deus, mas também houve compilação de dados vindos de fontes que não foram inspiradas. Veremos, um pouco adiante, que tal compilação não compromete a inspiração da Bíblia.

- ✓ O texto de Deuteronômio 9.10 diz: "O Senhor me deu as duas tábuas de pedra, escritas pelo dedo de Deus, onde estavam reproduzidas todas as palavras que o Senhor havia pronunciado para vós..." Na redação da Bíblia, houve uma parcela de material que veio diretamente de Deus, uma vez que o conteúdo que estava registrado nas duas tábuas foi copiado e consta nas páginas das Escrituras.
- ✓ O trecho de Lucas 1.3, por sua vez, diz: "...pareceu-me bom, também a mim, depois de me ter cuidadosamente informado de tudo a partir das origens, escrever para ti uma narração ordenada, excelentíssimo Teófilo..." A redação da Bíblia, como podemos ver, proveio também de material pesquisado; Lucas, em 1.1-4, nos diz que os fatos da vida de Cristo foram transmitidos a muitas pessoas por testemunhas oculares do ministério de Jesus, e Lucas empreendeu uma profunda pesquisa de todos esses fatos, desde suas origens, a fim de compor seu evangelho. Outras passagens, como veremos, mostram como autores bíblicos fizeram uso de textos não inspirados a fim de compor as Escrituras.

Logo, vejamos como os dados analisados até aqui se harmonizam e como eles contribuem para definir o que a Bíblia reclama ser inspiração. Para isso, faremos uso de outras passagens das Escrituras que estendem e comprovam as verdades aferidas pelos trechos estudados antes.

Primeiramente, a inspiração diz respeito a toda a Bíblia, e não a determinadas partes dela (2Tm 3.16; Rm 15.4). O Antigo Testamento reivindica autoridade divina (Js 24.26; Jz 1.1,2; 6.25; Sm 3.11; Dn 9.2; Ed 1.1; 5.1; Zc 7.12). Da mesma forma, todo o Novo Testamento é considerado inspirado, em pé de igualdade com o Antigo Testamento (2Pe 3.16; 1Tm 5.16 c.f. com Lc 10.7; Ef 2.20; 3.5).

Consecutivamente, concluímos que a Bíblia foi inspirada por Deus (1Ts 2.13; 2Tm 3.16; 1Co 2.13), e foi o próprio Deus quem moveu determinados homens para registrar sua mensagem (Dt 4.2; 2Sm 23.2; 2Cr 34.14; Is 8.12; Rm 16.25,26; 1Co 14.37; Hb 2.3; Pe 1.21).

A mensagem de Deus ao homem, porém, não foi registrada livremente, de acordo com as palavras que o homem quis utilizar para registrá-la. Se esse fosse o caso, seriam grandes as possibilidades de haver erros nos textos bíblicos, dadas as incapacidades naturais do homem, e tais registros não poderiam ser confiáveis para absolutamente nada, afinal, as ideias são transmitidas por palavras. Então, de nada adiantaria Deus ter comunicado ao homem as ideias corretas, mas deixado ao homem transmiti-las com suas próprias palavras. Todavia, a mensagem bíblica nos foi transmitida com as palavras sancionadas por Deus (Êx 24.4; Is 30.8; 2Sm 23.2; Jr 26.2; Mt 5.18; 2Tm 3.16; 1Co 2.13; Ap 22.19).

Sobre o fato de a inspiração compreender até mesmo a linguagem utilizada no registro da mensagem bíblica, A. R. Buckland nos esclarece em seu *Dicionário Bíblico Universal*: "...a inspiração verbal estabelece até que ponto vai a inspiração, estendendo-se tanto à forma quanto à substância. Assim, (a inspiração verbal) diz 'o que é', e não 'como é', pois o método de operação do Espírito Santo não nos é explicado, somente seu resultado é conhecido. [...] A operação do Espírito Santo junta-se com a atividade mental do escritor, operando por meio dele e o guiando. Ainda que não saibamos explicar como ocorre tal operação, conhecemos seus resultados." E, como sabemos, seus resultados se configuram em um texto inspirado, inclusive, em suas palavras, porém, de maneira nenhuma, ditado.

Como vimos, os homens tiveram participação ativa na redação e composição dos textos bíblicos. Pode-se notar que existe uma grande variedade de estilo e vocabulário entre os registros dos diversos autores bíblicos e isso comprova o fato de que os autores humanos não foram meros secretários ou amanuenses no processo de registro e composição da Bíblia.

Além da diversidade de estilos, podemos notar a variedade de gêneros literários presentes nos diversos livros das Escrituras, bem como o fato de que a Bíblia não faz uso da linguagem científica e exata para explicar e narrar seus eventos, mas utiliza uma linguagem de senso comum, popular. Apenas a guisa de exemplo, na linguagem popular, não é errado dizer que, no Pentecostes, vieram pessoas de "todas as nações debaixo do céu" para expressar, figuradamente, o fato de que havia muitas pessoas de muitas origens naquela ocasião. Assim, tudo isso nos permite concluir que os autores humanos não receberam as palavras bíblicas mediante um ditado de Deus, mas registraram, segundo suas impressões, circunstâncias, capacidades e limitações, a mensagem que Deus lhes havia impelido a registrar; e fizeram isso debaixo da supervisão divina para que, inclusive suas palavras, fossem registradas corretamente, sem erros.

Ademais, o conteúdo da Bíblia não foi, como vimos, produto, unicamente, de revelação. Na composição da Bíblia, houve algum material que foi revelado, como o caso dos Dez Mandamentos que Deus outorgou diretamente ao homem (Dt 4.10), bem como houve utilização de diversos documentos não bíblicos. Por exemplo, há a menção do livro de Jasar (Js 10.13; 2Sm 1.18) e do livro apócrifo de Enoque (utilizado por Judas em Jd 14). Paulo, em sua argumentação com os atenienses, faz uso de um trecho de uma poesia de Epimênides (At 17.28). Há também, como vimos, a grande variedade de fontes escritas e orais utilizadas por Lucas em pesquisa, mediante a qual escreveu seu evangelho (Lc 1.1-4).

Por fim, a revelação bíblica tem uma finalidade: ela deve ser útil para a vida do cristão (2Tm 3.16). Ela serve para ensinar, repreender, corrigir, restaurar e educar na justiça, para que o cristão possa ser preparado e totalmente capacitado em todas as áreas da sua vida, atuando nelas segundo a vontade e a direção de Deus.

## ◘ Evidências externas da inspiração

Além das reivindicações da própria Bíblia quanto a sua natureza divina, existe o que podemos chamar de "evidências externas" da inspiração. Tais evidências, individualmente, são, às vezes, facilmente contrariadas. Entretanto, quando apresentadas em conjunto, se constituem em uma forte prova de que algo (ou alguém) superior está ligado ao conteúdo da revelação escriturística.

As evidências comumente relacionadas para comprovar a autoridade divina da Bíblia são (I) a sua unidade, (II) sua historicidade e (III) a exatidão do cumprimento das profecias redigidas em suas páginas.

Uma a uma, explicaremos sucintamente essas três evidências.

### ■ A evidência da unidade da Bíblia

A evidência da unidade da Bíblia talvez seja um dos argumentos individuais mais fortes para comprovar sua inspiração. A Bíblia foi escrita em uma extensão de tempo de aproximadamente 1500 anos, em diferentes regiões e por diferentes autores. No entanto, sua unidade temática é factual. Diferentes autores escreveram sobre diferentes assuntos em diversas épocas e locais e, mesmo assim, não são encontradas contradições nas páginas bíblicas. Este fato, por si só, já pode despertar nos mais observadores a desconfiança de que a unidade da Bíblia parece ser muito mais do que o resultado de uma longa e feliz coincidência. No entanto, esta evidência não se encerra na ausência de discordância entre seus livros. Ao contrário, subjaz em cada um de seus livros uma impressionante teologia implícita e comum: todos os livros apontam um grande problema em relação ao homem, bem como, aos poucos, desvendam uma grande solução para este problema.

Norman Geisler e William Nix, na obra *Introdução bíblica*, asseveram acerca desta unidade da Bíblia: "O papel desses autores da Bíblia seria comparável ao de diferentes escritores que estivessem escrevendo capítulos de uma novela, sem que tivessem nem mesmo um esboço geral da história. Toda a unidade que a Bíblia demonstre certamente adveio de algo que se achava fora do alcance de seus autores humanos."

### ■ A evidência da historicidade da Bíblia

A evidência da historicidade da Bíblia também se qualifica como um forte argumento que comprova a inspiração das Escrituras: "Grande parte do conteúdo bíblico", afirmam Geisler e Nix, "é história e, por isso mesmo, passível de constatação." De fato, o Deus bíblico se revelou na história e não em uma esfera "espiritual" ou "imaginária". Isso faz com que a veracidade histórica dos eventos diretamente influenciados por Deus possa ser verificada; não é subjetiva, mas objetiva.

Tal fato nos leva ao cerne deste argumento: grande parte das incursões de Deus narradas na Bíblia foi, com sucesso, verificada e comprovada historicamente. Isso nos deve levar a considerar, honestamente, se tudo o mais que a Bíblia diz é verdade.

Donald J. Wiseman, citado por Geisler e Nix, afirma: "A geografia das terras mencionadas na Bíblia e os remanescentes visíveis da antiguidade foram gradativamente registrados, até que hoje, em sentido mais amplo, foram localizados mais de 25.000 locais nesta região, que datam dos tempos do Antigo Testamento."

Geisler e Nix, concluindo, prosseguem com a seguinte afirmativa: "...grande parte da antiga crítica à Bíblia foi firmemente refutada pelas descobertas arqueológicas que demonstraram a existência da escrita nos dias de Moisés, a história e a cronologia dos reis de Israel e até mesmo a existência dos hititas, povo até há pouco só mencionado na Bíblia."

### ■ A evidência do cumprimento das profecias

Por fim, a evidência do cumprimento das profecias também apresenta um grande apoio à realidade da inspiração bíblica. "Centenas de predições, algumas delas feitas centenas de anos antes de se cumprirem, concretizaram-se literalmente. A época do nascimento de Jesus (Dn 9), a cidade em que ele haveria de nascer (Mq 5.2) e a natureza de sua concepção e nascimento (Is 7.14) foram preditos no Antigo Testamento, bem como dezenas de outras minúcias de sua vida, morte e ressurreição.", afirmam Geisler e Nix.

Está, portanto, patente, que as profecias bíblicas, preditas com riqueza de detalhes pelos antigos homens de Deus, se cumpriram perfeitamente ao longo da história, e tal fato não pode ser ignorado se quisermos analisar as evidências externas da inspiração das Escrituras que, como vimos, individualmente podem ser facilmente refutadas logicamente, mas, quando apresentadas em conjunto, se mostram altamente persuasivas.

## ◘ Definição de inspiração

Após abordarmos os ensinos bíblicos acerca da inspiração, cabe-nos, então, estabelecer uma definição dessa doutrina que acomode todos os dados que a própria Bíblia revela sobre sua natureza inspirada. Como nos diz Buckland, "a inspiração pode ser melhor entendida na própria reivindicação da Escritura." Faremos, para isso, uso da definição de Charles. C. Ryrie, renomado teólogo da escola de Dallas, EUA: "Deus supervisionou os autores humanos da Bíblia para que compusessem e registrassem, sem erros, sua mensagem à humanidade utilizando as palavras de seus escritos originais." (*Teologia Básica*).

Observando algumas partes dessa definição de Ryrie, podemos observar alguns pontos:

- ✓O termo supervisão é aplicado propositalmente de forma um tanto vaga, afinal, não é possível saber no que consistiu a influência de Deus sobre os autores bíblicos no processo de registro das palavras e sentenças das Escrituras. Como vimos, é mais fácil saber o que não é inspiração verbal do que o que é inspiração verbal. Além disso, devemos lembrar que a inspiração também se refere à utilização de fontes bibliográficas pelos autores bíblicos na composição de suas obras. Portanto, como sabemos que Deus não ditou palavras aos homens (exceto em algumas ocasiões), e que os homens registraram pensamentos próprios em um texto que, em última análise, seria considerado a mensagem de Deus à humanidade, a palavra "supervisão" utilizada por Ryrie foi bem encaixada;
- ✓O verbo "compor" indica a correta participação cognitiva do ser humano no registro da mensagem bíblica, assim como o verbo "registrar" esclarece o fato de que os autores não somente tiveram as ideias corretas, mas as registraram corretamente;
- ✓A qualidade inspirada dos escritos sagrados se aplica somente aos escritos originais, e não às suas cópias ou traduções, por mais precisas que possam ser. Os possíveis erros e mudanças efetuados nas cópias e traduções não podem ser atribuídos a Deus. Nesta matéria, não nos compete analisar, à luz de argumentos, essa confiança na inspiração, tampouco analisar quão confiável são as cópias e traduções de que dispomos hoje das Escrituras. Contudo, para fins imediatos, podemos dizer que a confiabilidade das cópias da Bíblia em relação aos seus originais é altamente precisa, sendo comprovada, inclusive, numericamente: cerca de 99,5% do conteúdo das cópias reproduz, fiel e intactamente, o conteúdo dos originais.

Assim, vemos que a Bíblia é verbal e plenamente inspirada. Ela pode ser, com toda a confiança, considerada a Palavra de Deus. Embora essa assertiva tenha sido drasticamente manipulada nos últimos anos, como veremos sucintamente mais adiante, a confiança na inspiração da Bíblia está respaldada em sólidas reflexões.

No próximo capítulo veremos algumas consequências do fato de a Bíblia ser um livro divinamente inspirado.

# Capítulo 6

## ▼ Consequências da inspiração divina

Vimos no capítulo anterior que a Bíblia é inspirada por Deus. Diversas evidências internas (aquelas reclamadas pela própria Bíblia) e externas (aquelas que são reclamadas por provas exteriores ao conteúdo bíblico) comprovam a natureza divina das Escrituras.

Além disso, estudamos a qualidade dessa inspiração: ela é verbal e é plenária. No entanto, nem sempre foi preciso estender tão minuciosamente o enunciado que declara, de forma ortodoxa, a inspiração divina da Bíblia. Ao observarmos um pouco da história dessa doutrina, percebemos que, no início, a fim de se declarar a confiança no atributo divino da composição da Bíblia, bastava dizer que ela era um livro inspirado por Deus.

A partir do momento em que se passou a questionar a qualidade dessa influência divina, foi necessário acrescentar a ideia de que Deus não somente inspirou o conteúdo da Bíblia, mas supervisionou seus autores para que as palavras que transmitissem esse conteúdo o fizessem de forma exata. Por isso, acrescentou-se à declaração de inspiração a ideia de que a Bíblia é verbalmente inspirada.

Ainda, mais tarde, foi questionada a extensão dessa inspiração: a Bíblia poderia ser verbalmente inspirada, mas talvez não fosse inspirada dessa forma em sua totalidade. Mais uma vez, a declaração da doutrina da inspiração sofreu um acréscimo. Precisou-se dizer que a Bíblia, além de ser verbalmente inspirada, era plenamente inspirada.

Assim, ao longo dos anos, outros predicados precisaram ser acrescidos à declaração da inspiração da Bíblia para que, de forma apologética, essa declaração definisse o conceito de inspiração ortodoxamente.

Neste ponto, a questão que nos compete analisar é a consequência da inspiração da Bíblia. Em outras palavras, de que maneira o fato de a Bíblia ser divina, verbal e plenamente inspirada pode afetar nossa recepção dela? Esta questão nos proporemos a responder neste capítulo, analisando as consequências da inspiração da Bíblia.

## Deus se revela na Bíblia

A primeira consequência do fato de a Bíblia ser um livro inspirado é sua capacidade exata e certa de revelar a existência de Deus, seus atributos, vontade, planos, operações e, mais importante, sua relação para com a existência humana. E isso, como vimos, só é possível pelo fato de a Bíblia ser divina, verbal e plenamente inspirada. Caso não fosse o próprio Deus que a tivesse inspirado e ela tivesse sido escrita monergisticamente por homens, nada nos garantiria que ela revelaria, com exatidão, o ser de Deus. A única garantia que temos de conhecer (o quanto nos seja possível) seguramente o Deus verdadeiro é o fato de que ele optou por revelar-se a nós mediante registros escritos, além do fato de que ele mesmo cuidou para que essa revelação fosse registrada sem erros e com as palavras corretas.

Sobre essa propriedade que a Bíblia detém de revelar, com exatidão, o único Deus verdadeiro, a Confissão de Fé de Westminster, declara o seguinte: "...foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua igreja aquela sua vontade; depois, para melhor preservação e propagação da verdade (Hb 1.1,2; Lc 1.3,4), para o mais seguro estabelecimento e conforto da igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda (Rm 15.4; Mt 4.4,7,10). Isso torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo (1Tm 3.15; 2Pe 1.19)." (CFW 1.1).

Dessa forma, concluímos que Deus se revela na Bíblia. Essa é uma das principais consequências do fato de que Deus inspirou as Escrituras. Se mantivermos em perspectiva o que foi dito no capítulo anterior em relação à Bíblia como revelação, poderemos estar plenamente certos dessa consequência da inspiração.

## A Bíblia forma uma unidade completa

Outra consequência da inspiração divina da Bíblia é o fato de ela constituir-se em uma unidade completa. Isso significa que a Bíblia inteira é a Palavra de Deus. Não são o Antigo Testamento, nem o Novo Testamento, respectivamente, considerados isolada e exclusivamente como "a Palavra de Deus", bem como não é nenhuma outra porção individual das Escrituras, mas toda ela.

Novamente, a Confissão de Fé de Westminster se pronuncia sobre esse caso: "Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Antigo e do Novo Testamentos, todos dados por inspiração de Deus para serem regra de fé e de prática (Ef 2.20; Ap 22.18,19; 2Tm 3.16; Mt 11.27)." (CFW 1.2).

E, além disso, Geisler e Nix, em sua *Introdução bíblica*, dizem: "Os livros iam sendo colecionados e acrescentados [aos outros livros do cânon], à medida que iam sendo escritos pelos autores, os profetas. Eram guardados simplesmente por serem tidos como inspirados. Só mediante reflexão posterior, tanto da parte de profetas (1Pe 1.10,11) quanto de autores de gerações futuras, é que se descobriu que na verdade a Bíblia é um livro só, cujos 'capítulos' foram escritos por homens sem conhecimento visível de sua estrutura global.".

O fato de a Bíblia compor uma unidade completa e de que somente essa unidade pode ser tida como Palavra de Deus traz algumas implicâncias que devem ser igualmente consideradas. A principal delas é que as Escrituras interpretam-se a si mesmas. Em outras palavras, toda e qualquer passagem da Bíblia deve ser analisada à luz de todo o restante da Escritura e nenhuma doutrina cristã deve ser considerada verdadeiramente bíblica até que se analise tudo o que a Bíblia inteira diz sobre ela.

## ◘ A Bíblia permite o encontro entre Deus e o homem

Essa é também uma consequência imediata da realidade da inspiração: se a Bíblia foi provida a nós por Deus, e Deus mesmo se revela na Bíblia, ela deve ser o canal pelo qual podemos encontrar Deus. Trata-se de um silogismo fácil, porém, vital.

Diante da grande oferta de religiões em nosso mundo, e diante da inerente propriedade do homem em buscar o transcendental, a facilidade com que se pode enveredar para diversos caminhos a fim de encontrar Deus é enorme. Contudo, a despeito da quantidade de recursos que se pode postular para descobrir o divino, somente a Bíblia, por ser inspirada por Deus, o revela corretamente. E, por revelá-lo corretamente, permite que o homem encontre na Bíblia o Deus único e verdadeiro. Portanto, como diz o enunciado deste tópico, somente a Bíblia, como o canal de revelação especial, permite o encontro entre Deus e o homem.

Tomando mais uma vez emprestadas as proposições da Confissão de Westminster, vemos que "ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestam de tal modo a bondade, a sabedoria e o poder de Deus (Sl 19.1-4), que os homens ficam inescusáveis (Rm 1.32; 2.1; 1.19-20; 2.14,15), contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade, necessário à salvação (1Co 1.21; 2.13,14)." (CFW 1.1).

Dessa forma, a Bíblia é o canal pelo qual Deus se revela à humanidade. Nenhum outro canal ou nada além da Bíblia permite que o ser humano encontre Deus e conheça sua vontade. E, tudo isso somente é possível pelo fato de a Bíblia ser um livro divinamente inspirado.

## A inerrância da Bíblia se evidencia

A última das consequências da inspiração bíblica é o fato de que o produto final não contém erros. Novamente, trata-se de um silogismo bastante óbvio: se Deus não pode errar, e a Bíblia foi inspirada por ele, então a Bíblia está isenta de erros.

Com efeito, a inerrância da Bíblia é uma doutrina tão importante que, muitas vezes, é considerada, em obras de teologia sistemática, à parte da doutrina da inspiração. E, justamente por sua importância, bem como por se tratar de uma doutrina que tem sido alvo de grandes controvérsias nos últimos anos, o aspecto da inerrância bíblica será abordado mais extensamente neste capítulo.

Primeiramente, é necessário que entendamos a principal problemática ligada ao conceito de inspiração bíblia e inerrância, e essa problemática pode ser resumida em uma questão: se a Bíblia contém erros, sejam poucos ou muitos, como podemos ter certeza de que nossos entendimentos sobre Deus, Cristo, e a vontade divina estão corretos?

Para termos melhor ideia da amplitude dessa questão, tomaremos emprestadas as palavras de Charles C. Ryrie, em sua *Teologia básica*: "[se a Bíblia contém erros] talvez, um desses erros esteja ligado à vida de Cristo. Logo, não seria impossível dizer que pode haver um erro no tocante a questões tão cruciais quanto à morte e ressurreição do Senhor. Caso isso seja verdade, o que aconteceria com nossa cristologia? [...] Considere, ainda, que o ensinamento bíblico a respeito do Espírito Santo não estivesse correto. Isso poderia afetar uma doutrina tão importante como a da Trindade, o que, por sua vez, afetaria seriamente a cristologia, a soteriologia e a santificação. Mesmo que os erros digam respeito a questões supostamente 'menores', qualquer erro daria margem para colocar sob suspeita a Bíblia em questões nem tão 'pequenas'. Se a inerrância for questionada, todas as outras doutrinas também serão." O mesmo autor ainda encerra dizendo: "A inerrância é uma doutrina importante. Sua negação ou mesmo seu enfraquecimento pode resultar em sérios erros doutrinários e de estilo de vida."

Portanto, vemos que a doutrina da inerrância, como consequência da inspiração, traz um valor inestimável à fé cristã e, por isso mesmo, deve ser apropriadamente estudada. Sendo assim, cabe-nos, depois de entendermos a importância dessa doutrina, defini-la corretamente.

### ■ Em busca de uma definição para o conceito de inerrância bíblica

Quando a questão da inerrância é trazida à tona, diversas definições desse conceito são também levantadas para explicá-lo. E isso porque as diversas definições de inerrância não são suficientes para encerrar um significado que defenda com propriedade a ideia por detrás da inerrância (ou seja, a ideia simples de que a Bíblia sempre diz a verdade).

O fato de que a palavra "erro" pode ser um tanto relativa, faz com que as definições de inerrância sempre estejam sujeitas a ambiguidades e a ataques opositores. Um bom exemplo de como o "erro" pode ser relativo, reside no fato de que, para algumas pessoas, a Bíblia valer-se de linguagem figurativa para descrever determinados fenômenos (ex.: quando se diz: "o sol nascer") faz com que essa descrição seja errada (ex.: sabemos que o sol não "nasce", a Terra é que rotaciona sobre seu próprio eixo permitindo que a luz solar ilumine determinada região). Outro exemplo da relatividade do conceito de "erro" jaz no fato de que as Escrituras, com frequência, fazem citações livres (paráfrases) de passagens previamente registradas e, para algumas pessoas, uma citação livre, por não ser uma citação exata, pode se caracterizar como uma citação errada.

Assim, o conceito de erro pode muitas vezes ser relativo fazendo com que o conceito de inerrância também o seja. Não é coincidência que as grandes declarações ecumênicas de inerrância da história (como a *Aliança de Lausanne*, de 1974 e a *Declaração de Chicago*, em 1978, por exemplo) sejam compostas por vários artigos; elas simplesmente não conseguem englobar, em um breve enunciado, uma definição de inerrância que ponha fim a qualquer discussão.

Para tentar solucionar este problema, Charles C. Ryrie defendeu uma descrição positiva de inerrância, ao invés das costumeiras descrições negativas. Enquanto a maioria das definições de inerrância utilizam sentenças como "ausência de erro" para explicar este conceito, Ryrie empreendeu uma explicação valendo-se de uma sentença positiva: "a inerrância da Bíblia significa que a Bíblia diz a verdade".

Contudo, apesar da validade do argumento de Ryrie para explicar o fato de que, não importa como a Bíblia diga algo, ela sempre dirá corretamente, faremos uso, a seguir, de determinados artigos, a fim de fecharmos ao máximo o conceito de inerrância. Para isso, utilizaremos a *Teologia Sistemática* de Stanley Horton.

Então, em um breve enunciado, podemos dizer que a inerrância bíblica define-se como a qualidade da Bíblia pela qual ela sempre diz a verdade. E, para um entendimento mais completo e claro, seguem os artigos da obra de Horton:

**1.** A verdade de Deus é expressa com exatidão, e sem quaisquer erros, nas próprias palavras das Escrituras ao serem usadas na construção de frases inteligíveis;

**2.** A verdade de Deus é expressa com exatidão por meio de todas as palavras da totalidade da Escritura, e não meramente por meio das palavras de conteúdo religioso ou teológico;

**3.** A verdade de Deus é expressa de modo inerrante somente nos autógrafos (escritos originais), e de modo indireto, nos apógrafos (cópias dos escritos originais);

**4.** A inerrância dá lugar à "linguagem de aparência", aproximações e várias descrições não-contraditórias, feitas a partir de perspectivas diferentes (por exemplo: dizer que o sol se levanta não é um erro, mas uma descrição perceptiva e reconhecida);

**5.** A inerrância reconhece o uso de linguagem simbólica e figurada, e uma variedade de formas literárias para se transmitir a verdade;

**6.** A inerrância entende que as citações do Novo Testamento de declarações do Antigo Testamento podem ser paráfrases, sem a intenção de serem traduções literais;

**7.** A inerrância considera válidos os métodos culturais e históricos de se relatar coisas como genealogias, medidas e estatísticas em vez de exigir os métodos de precisão da moderna tecnologia.

Assim, podemos, com base nas análises feitas até aqui, entender o que significa inerrância, no que consiste essa doutrina e porque ela é, com efeito, uma consequência direta do fato de a Bíblia ser um livro inspirado por Deus. Tudo o que a Bíblia diz é absolutamente verdadeiro.

Devemos reconhecer, é fato, nossa própria incapacidade de entender algumas verdades e doutrinas bíblicas, assim como reconhecer que "na Escritura, não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos" (2Pe 3.16 e CFW 1.7).

Contudo, enquanto mantivermos em perspectiva nossa própria limitação intelectual para entender verdades metafísicas; enquanto reconhecermos o fato de que a Bíblia contém passagens ora mais claras e ora mais difíceis de entendermos; e enquanto considerarmos a natureza incompleta (no sentido mais amplo da palavra) da revelação especial, conseguiremos lidar muito bem com a verdade factual da inerrância bíblica.

Dessa forma, concluímos este capítulo para, no próximo, analisarmos panoramicamente alguns desvios relacionados à ortodoxa doutrina da inspiração bíblica.

# Capítulo 7

## ▼ Desvios da doutrina da inspiração

Após estudarmos a doutrina bíblica da inspiração e enfatizarmos a inerrância como consequência do caráter inspirado da Escritura, é necessário empreendermos um estudo conciso e panorâmico sobre como tais doutrinas, tão caras ao cristianismo ortodoxo, foram deturpadas por diversos grupos nos últimos anos. Contudo, além de entendermos como a natureza da revelação bíblica foi deturpada, é importante conhecermos por que ela foi alterada. Em outras palavras, devemos nos questionar quais foram as circunstâncias históricas nas quais essas concepções distintas foram erigidas para que entendamos o contexto de seus desenvolvimentos.

Basicamente, à parte da visão ortodoxa acerca da inspiração bíblica, dois movimentos teológicos principais, parcialmente associados a determinadas épocas, caracterizaram modos particulares de enxergar a revelação bíblica, bem como as consequências dessa revelação. Esses movimentos são o modernismo (ou "liberalismo teológico") e a neo-ortodoxia.

### ◘ A inspiração bíblica segundo o liberalismo teológico

O modernismo ou liberalismo teológico surgiu mediante a influência do idealismo germânico (idealismo pode ser definido como qualquer sistema filosófico que explique a natureza da realidade mais sob o aspecto do espírito ou da mente que da matéria) e do desenvolvimento da crítica bíblica. O racionalismo preponderante nos séculos 19 e 20 fez com que outros pressupostos fossem adotados para o estudo da Bíblia. As novas premissas eram as de que a Bíblia era um livro como qualquer outro; não havia em sua natureza qualquer elemento divino que a distinguisse das demais obras literárias.

Assim, com a visão modernista ou liberal, os teólogos se opuseram aos conceitos tradicionais de inspiração e inerrância e entenderam que certas partes da Bíblia são de origem exclusivamente humana e, portanto, contém muitos erros.

De acordo com essa abordagem, segundo Geisler e Nix, na obra *Introdução bíblica*, a Bíblia "teria incorporado muitas das lendas, dos mitos e das falsas crenças relacionadas à ciência." Os autores liberais "sustentam, então, que pelo fato de esses elementos não terem sido inspirados por Deus, devem ser rejeitados pelos homens iluminados de hoje."

Em suma, para os liberais, a Bíblia, como qualquer outro livro, foi influenciada pela época e cultura em que foi escrita (até aqui, esse conceito é também aceito pela visão ortodoxa, porém, a ortodoxia, mesmo assim, afirma que a Bíblia é a Palavra de Deus e não contém erros) e, diante dessa influência, algumas partes da Bíblia são produtos humanos. Portanto, para os liberais, a Bíblia não é a Palavra de Deus, mas meramente contém a Palavra de Deus.

A visão modernista comumente se divide em dois ramos: em um deles, os estudiosos afirmam que as partes da Bíblia que foram inspiradas resultam de uma grande percepção religiosa que Deus haveria concedido aos escritores. No entanto, apesar de tais autores gozarem de uma grande iluminação acerca de Deus e sua mensagem, mesmo assim, eles a registraram livremente, fundindo a percepção concedida por Deus com suas próprias impressões – altamente condicionadas à sua própria cultura e época.

Na outra ramificação da visão modernista situam-se os estudiosos que negam qualquer elemento divino na Bíblia. Para eles, a Bíblia é o produto de um povo que registrou, segundo sua própria vontade e percepção, a cultura e as impressões religiosas que tiveram durante todo o tempo em que as Escrituras foram redigidas.

## ◘ A inspiração bíblica segundo a neo-ortodoxia

Depois do advento do iluminismo, durante o qual o ser humano pensou que o conhecimento seria a cura para todos os males e a resposta para a plenitude da humanidade, os teólogos e filósofos, decepcionados com as falhas de suas premissas relativas ao iluminismo (principalmente materializadas nas grandes guerras), se voltaram novamente para Deus e para a Bíblia em busca de amparo. Porém, o século 20 já estava em seu início e o sistema filosófico existencialista, amplamente desenvolvido por Søren Kierkgaard, estava influenciando fortemente a teologia europeia.

Assim, os teólogos, influenciados por uma visão existencialista da realidade, forjaram uma nova espécie de ortodoxia. Nessa "nova abordagem ortodoxa", a Bíblia se torna a Palavra de Deus ao passo em que o leitor sente que nela encontrou o divino.

À semelhança da visão modernista acerca da revelação bíblica, a chamada visão neo-ortodoxa ramifica-se em duas vertentes: de um lado, Rudolf Bultman e Shubert Ogden defendem uma abordagem demitizante (que dezfaz "mitos") da Bíblia, na qual o conteúdo escriturístico precisa ser peneirado para que seu verdadeiro significado existencial se sobressaia em meio à linguagem mitológica e lendária da Bíblia. Portanto, a abordagem demitizante da Bíblia defende uma visão na qual as Escrituras precisam ser despidas de seu conteúdo histórico e objetivos. Somente assim é possível experimentar a verdade divina de maneira pessoal e subjetiva.

Do outro lado da visão neo-ortodoxa, os grandes teólogos Karl Barth e Emil Brunner defendem uma abordagem que se aproxima um pouco mais do cristianismo ortodoxo. Barth, principalmente, devido à sua grande contribuição à filosofia, torna-se o grande nome da neo-ortodoxia, a ponto de a visão neo-ortodoxa, hoje em dia, ser chamada de "visão barthiana".

A neo-ortodoxia de Barth é bem explicada por Geisler e Nix: "[...] a Bíblia, como se nos apresenta, deixa de ser uma revelação de Deus, passando a ser mero registro da revelação pessoal de Deus aos homens de Deus em eras passadas. Todavia, sempre que o homem moderno se encontra com Deus, mediante as Escrituras Sagradas, a Bíblia torna-se a Palavra de Deus para nós."

Assim, a visão barthiana acerca da revelação bíblica postula que o homem pode sim ouvir a voz de Deus pelas Escrituras. Apesar de a Bíblia ser um livro cheio de mitos, lendas e impressões pessoais de seus escritores, ela pode tornar-se a Palavra de Deus mediante um encontro existencial que o leitor tenha com o divino.

## ◘ Aspectos positivos da neo-ortodoxia e do liberalismo

O grande perigo desses desvios da concepção ortodoxa acerca da natureza das Escrituras é o fato de que eles, aparentemente, acrescentam à teologia uma revigorização que, supostamente, a restaura da inércia da ortodoxia. Assim, os desvios da ortodoxia geralmente mantém algum resquício das crenças fundamentalistas. Isso faz com que as verdades apresentadas pelos heterodoxos se assemelhem às verdades ortodoxas, o que pode confundir qualquer pessoa por meio de enunciados e doutrinas sutilmente formuladas.

Portanto, as teologias que distorcem a ortodoxia representam um perigo à sã doutrina. Temos, entretanto, e por incrível que nos pareça, algo positivo trazido por esses movimentos.

É certo que a ortodoxia, às vezes, pode se tornar um pouco inerte. A história nos mostra que a teologia, como disciplina, precisa se desenvolver. Evidentemente que existem termos que não podem ser trespassados se quisermos nos manter na "fé que de uma vez por todas foi confiada aos santos" (Jd 3).

Por outro lado, a teologia, às vezes, precisa, conquanto não ultrapasse esses termos, buscar novos horizontes. E algo que esses movimentos heterodoxos no trazem é a consciência de que evoluir é necessário, afinal, tais movimentos representam tentativas de "evoluções" teológicas: evoluções no sentido de "movimento", e não de "melhora". Portanto, a existência de doutrinas erradas deve nos despertar a consciência nos lembrando da necessidade de buscar um crescimento teológico. Isso, se empreendermos com responsabilidade, resultará não em heresias, mas em novos paradigmas.

Outro ponto positivo trazido pelos movimentos heterodoxos é que a sua existência leva a Igreja a se aperfeiçoar. Desde o primeiro século, a teologia se desenvolveu em progressões geométricas graças ao surgimento de heresias que obrigavam os teólogos a empreenderem seus esforços na elaboração das doutrinas que, hoje, fundamentam nossa teologia ortodoxa. A ortodoxia só existe porque alguém a edificou.

Contudo, o teólogo deve estar atento para os movimentos que se desviam da ortodoxia. Embora nem sempre os seus defensores, na elaboração de suas doutrinas, estivessem mal intencionados, os resultados acabam se tornando desastrosos. Tais desvios da ortodoxia trazem, em última instância, grandes prejuízos ao cristianismo e devem ser combatidos pelos que, responsavelmente, têm coragem de permanecer nos limites das doutrinas apostólicas.

Assim, concluímos o estudo sobre a doutrina da inspiração, de suas consequências, bem como dos maiores desvios a ela associados. No próximo capítulo, adentraremos no tema do Cânon Sagrado, estabelecendo um breve histórico sobre sua formação e analisando a vasta literatura produzida no período intertestamentário.

# Capítulo 8

## ▼ O histórico e a recuperação do cânon sagrado

Como dizem Geisler e Nix, na obra *Introdução bíblica*: "A história da canonização da Bíblia é incrivelmente fascinante." E, de fato, ao estudarmos a formação da parcela veterotestamentária da Bíblia, bem como sua porção neotestamentária, nos deparamos com um processo histórico no qual é possível vislumbrar a providência divina em preservar os livros inspirados mediante o recrutamento de homens conscientes e piedosos.

Neste capítulo, nosso objetivo será estudar, em uma abordagem panorâmica, a formação do cânon bíblico e a forma como os textos originais chegaram até nós.

### ◘ O desenvolvimento do cânon do Antigo Testamento

Quando nos lançamos ao estudo da formação do cânon, a primeira coisa com a qual devemos nos preocupar é com a aquisição de uma mentalidade histórica. Essa mentalidade nos permite chegar a uma conclusão de extrema importância para o estudo que estamos empreendendo, a saber: o conceito que hoje temos da Bíblia é bem diferente do conceito que os povos antigos tinham.

Hoje, quando falamos em "Bíblia", o cânon completo das Escrituras nos vêm à mente, bem como o desfecho da história da redenção. Ao discorrermos acerca da Bíblia, diversas asserções teológicas nos vêm à mente e, principalmente, Jesus, como o tema unificador da Bíblia. Todavia, os povos antigos, que compilavam os escritos inspirados, não conheciam o desfecho da história bíblica. Mais ainda, não faziam ideia de que estavam coligindo um montante de livros inspirados que mais tarde constituiriam um cânon. Além disso, o conceito de cânon (como o aplicamos à literatura inspirada) lhes era completamente desconhecido até meados do século primeiro (apesar de que o conceito de "livro divino" ou de "Palavra de Deus" lhes era perfeitamente familiar).

Sendo assim, ao nos propormos ao estudo da formação do cânon, é necessário entendermos que o que hoje nos é claro em termos de conceitos (cânon, Bíblia, Cristo, cumprimento das profecias messiânicas, etc.), para os povos antigos não era.

O processo de formação da porção veterotestamentária de nosso cânon seguiu um padrão relativamente simples de funcionamento: os livros eram inspirados por Deus; o povo de Deus reconhecia tais livros como inspirados e os adicionava ao conjunto de livros cuja inspiração já havia, há tempos, sido reconhecida; os livros eram sistematicamente preservados pelo povo de Deus; e, em época posterior, o povo de Deus, já com um conjunto bem maior de livros colecionados e coligidos, os distribuía em categorias segundo características comuns que neles percebiam.

Detalhadamente, o processo descrito inicia-se com a inspiração divina dos textos. Deus movia seus profetas para que, sem erros, registrassem com suas próprias palavras - sancionadas, porém, por Deus - o conteúdo intencionado por Javé. Tal processo, neste momento, não requer nossa análise, uma vez que fora amplamente discutido nos últimos três capítulos.

Após a redação dos textos inspirados, o povo de Deus reconhecia nessas obras a autoridade divina, e tal reconhecimento era imediato. Geisler e Nix afirmam que "os escritos de Moisés foram aceitos e reconhecidos em seus dias (Êx 24.3), como também os de Josué (Js 24.26), os de Samuel (1Sm 10.25) e os de Jeremias (Dn 9.2)."

Ademais, os livros eram acrescidos ao conjunto de livros cuja natureza divina a comunidade já havia reconhecido. Novamente, Geisler e Nix dizem: "a lei de Moisés foi preservada no templo nos dias de Josias (2Rs 23.24). Daniel tinha uma coleção dos 'livros' nos quais se encontrava a 'lei de Moisés' e 'os profetas' (Dn 9.2,6,13). Esdras possuía cópias da lei de Moisés e dos profetas (Ne 9.14,26-30). Os crentes do Novo Testamento possuíam todas as 'Escrituras' do Antigo Testamento (2Tm 3.16), tanto a lei como os profetas (Mt 5.17)."

Posteriormente, os livros eram preservados mediante cópias empreendidas pelos escribas. O ofício dos escribas era extremamente meticuloso e, antes mesmo que determinado texto começasse a apresentar sinais de desgaste (como vimos, os materiais de escrita antigos eram facilmente perecíveis), os escribas, para evitar sua extinção, o copiavam. As cópias eram criteriosamente realizadas mediante um processo sistemático de verificação, contagem de letras em comparação com o manuscrito anterior, ajuda e supervisão de outros copistas, entre outros cuidados.

Finalmente, o povo de Deus, com uma grande coleção de livros divinamente inspirados, categorizou os escritos agrupando-os segundo características comuns. Há alguma controvérsia relacionada ao fato de os livros do Antigo Testamento terem sido agrupados em três categorias (lei, profetas e escritos) ou duas (a lei e os profetas). No entanto, segundo Geisler e Nix, as "referências mais antigas e persistentes mostram que se tratava de uma coletânea de livros proféticos com duas divisões, a lei de Moisés e os profetas que surgiram depois dele."

Portanto, houve uma coleção crescente de escritos proféticos e uma das evidências mais claras dessa continuidade profética pela qual o Antigo Testamento foi escrito é o fato de que os livros bíblicos apresentam uma continuidade histórica de visível natureza. Qualquer livro veterotestamentário tem muitos fatores históricos e teológicos em comum com os outros livros anteriormente escritos.

A sucessão contínua da profecia no Antigo Testamento, com efeito, finalizou na época de Neemias, por volta de 400 a.C., ponto no qual todo o Antigo Testamento já havia sido escrito. Nessa época, os judeus já consideravam todos os 39 livros do Antigo Testamento como "Escritura Sagrada". Mais tarde, entre os séculos III e I a.C., as Escrituras foram traduzidas do hebraico para o grego em Alexandria, a fim de suprir as necessidades dos judeus que moravam nessa mesma cidade, bem como dos demais judeus da diáspora que falavam o grego, o idioma oficial. Essa tradução ficou conhecida como Septuaginta (ou LXX).

No período do Novo Testamento, já no século I, além da circulação do cânon oficial das Escrituras, havia também a literatura religiosa produzida no período de 400 anos entre os testamentos. Tais livros, chamados de "apócrifos" ou "eclesiásticos" desde o princípio pelos cristãos, circulavam livremente, e tanto os judeus como os cristãos os conheciam e os liam. Nenhum dos dois grupos, porém, os consideravam na mesma qualidade que os outros livros tidos como "Escrituras". Seu valor histórico e religioso era reconhecidamente autêntico, mas tanto os judeus quanto os cristãos não os atestavam como inspirados por Deus; não eram utilizados para o estabelecimento de doutrinas, fato que se pode perceber tanto nas evidências bíblicas como nos testemunhos dos primeiros pais da Igreja.

Os apócrifos, entretanto, circulavam, às vezes, juntamente com a LXX. Isso fez com que os estudiosos do cânon bíblico considerassem a possibilidade de, no primeiro século, existir dois cânones distintos: um cânon em Alexandria, chamado de "Cânon Alexandrino", que trazia toda a literatura apócrifa; e outro cânon na Palestina, chamado de "Cânon Palestino", que recusava o valor doutrinário da literatura apócrifa.

Tal assertiva, porém, nunca foi provada. Em verdade, os judeus (assim como os cristãos) nunca reconheceram dois cânones, mas apenas um único cânon. Embora seja fato que Jesus e seus apóstolos utilizavam a LXX, tanto eles quanto os judeus nunca consideraram a literatura apócrifa como Escritura. Eles estavam, naturalmente, familiarizados com a existência dos apócrifos e, inclusive, os liam. Entretanto, os apócrifos jamais foram considerados canônicos; nunca foram considerados divinamente inspirados.

Tendo analisado panoramicamente o processo de formação do Antigo Testamento, vejamos agora o processo de formação e compilação dos escritos neotestamentários.

## O desenvolvimento do cânon do Novo Testamento

O processo de desenvolvimento da parcela neotestamentária do cânon sagrado diferiu drasticamente do processo do Antigo Testamento. A literatura veterotestamentária foi produzida, reconhecida, colecionada e preservada por um povo que possuía uma etnia em comum. Além disso, durante muito tempo, a religião judaica foi detentora de certos elementos que contribuíram muito para a unificação e convergência da experiência religiosa. O templo, por exemplo, foi um desses elementos. Isso permitia que qualquer texto profético novo fosse imediatamente acrescido ao conjunto canônico e imediatamente reconhecido pelos judeus como literatura sagrada.

Em contraste, o advento de Cristo e a doutrina dos apóstolos, ampliando e esclarecendo o conhecimento prévio acerca de Deus e de sua relação com o homem, oficializaram permanentemente a ideia de que o relacionamento de Deus com o ser humano não se restringe a uma etnia. Os ensinos de Cristo e dos apóstolos tornaram clara a universalidade da verdadeira religião (aquela que conduz à reconciliação para com o Deus bíblico). Não que Deus tivesse ocultado essa realidade em tempos anteriores; mas os ensinamentos dos apóstolos certamente difundiram e sistematizaram esta realidade.

Com efeito, isso fez com que o relacionamento do homem com Deus fosse restabelecido em várias regiões, inclusive em regiões consideradas "imundas" pelos judeus. Essa re-ligação com Deus foi, então, amplamente disseminada em uma enorme faixa geográfica, abrangendo povos de variadas etnias. Tantos eram os povos que mediante o cristianismo tinham seus relacionamentos com Deus restabelecidos, que, quando os escritos inspirados dessa nova etapa começaram a ser produzidos, eles não se tornavam imediatamente conhecidos por todos. Sobre isso, Geisler e Nix nos esclarecem: "visto que o cristianismo foi desde o começo religião internacional, não havia comunidade profética fechada que recebesse os livros inspirados e os coligisse em determinado lugar. [...] Havendo tão grande diversidade geográfica de origens e destinatários, é compreensível que nem todas as igrejas haveriam de possuir, de imediato, cópias de todos os livros inspirados do Novo Testamento."

No entanto, há uma grande certeza de que, desde o princípio do cristianismo, os cristãos reuniram e preservaram os livros inspirados do Novo Testamento, os quais eram copiados e circulavam entre as igrejas primitivas. Mas como se dava, então, esse processo?

Inicialmente, os ensinos sobre Cristo e sua obra, bem como as implicações do evangelho para a vida das pessoas, foram transmitidas oralmente pelos apóstolos oficiais de Jesus. Muitos discípulos de Cristo obviamente anunciavam as "boas novas", mas, como os apóstolos foram designados pelo próprio Cristo para perpetuar seus ensinos e constituir a Igreja (Ef 2.20), eram eles os transmissores oficiais da

obra de Cristo, bem como os incumbidos de interpretar essa obra, aplicando-a a todas as esferas da vida cristã (Jo 14.26; 15.26,27; 16.13-15; 1Co 2.13-16).

Brevemente, porém, os apóstolos começaram a escrever cartas para as igrejas que fundavam. A redação de epístolas era um recurso altamente prático, que supria a ausência deles nas comunidades destinatárias ao mesmo tempo em que eles se ocupavam com outras tarefas relativas ao ofício apostólico. Além disso, as cartas apostólicas, inspiradas divinamente, foram se tornando a medida (o cânon) pela qual todas as questões deveriam ser analisadas. Isso é bastante óbvio considerando o estudo sobre inspiração que empreendemos. Em outras palavras, a doutrina dos apóstolos não poderia se restringir a ensinos verbais, tão facilmente deturpáveis e carentes de perpetuação. Ao contrário, Deus providenciou para que sua doutrina fosse preservada em escritos por ele inspirados, e que deveriam ser tidos como juízes oficiais em todas as questões.

Nessa época, então, havia uma grande preocupação: diversos ensinamentos falsos a respeito de Cristo começaram a circular. Eram transmitidos oralmente ou por cartas mal intencionadas, às vezes, atribuídas falsamente a algum apóstolo. Além dos ensinos deliberadamente falsos que eram disseminados, havia também diversos escritos que narravam a vida e os ensinamentos de Jesus. No entanto, tais textos, embora muitas vezes redigidos com motivos justos por diversas pessoas, não detinham a autoridade divina que os textos inspirados detinham e, por consequência, continham muitos erros.

Assim, as comunidades cristãs, mediante orientação direta dos apóstolos, tornaram-se muito cautelosas quanto à recepção de ensinamentos e doutrinas. Os apóstolos estavam plenamente cientes da diversidade de escritos que circulavam pelo Império. "Toda e qualquer palavra a repeito de Cristo, fosse oral, fosse escrita, era submetida ao ensino apostólico, dotado de toda autoridade", nos dizem Geisler e Nix. Portanto, havia uma grande preocupação das igrejas em aceitar somente os ensinamentos reconhecida e verdadeiramente apostólicos. "Enquanto as testemunhas oculares da vida e da ressurreição de Cristo estivessem vivas (At 1.21,22), tudo poderia sujeitar-se à autoridade do ensino e da tradição oral dos apóstolos (1Ts 2.13; 1Co 11.2)", afirmam Geisler e Nix.

Baseadas nesse critério seletivo, as igrejas eram incentivadas pelos apóstolos a copiarem as cartas que recebiam, lerem estas epístolas publicamente e, inclusive, trocarem as cartas apostólicas com outras igrejas (1Ts 5.27; Cl 4.16). Foi justamente esse intercâmbio epistolar que funcionou, futuramente, como o principal critério para o reconhecimento dos livros inspirados do Novo Testamento. À medida que as igrejas iam adquirindo cartas dos apóstolos e submetendo a autenticidade de tais cartas ao testemunho apostólico e à confirmação de quase todas as outras comunidades, um cânon ia se formando. É possível enxergar a evidência desse processo dentro do próprio Novo Testamento (2Pe 3.2,15,16; Jd 17; 1Tm 5.18; cf. Lc 10.7; At 1.1).

Por fim, alguns fatores levaram a comunidade cristã, no final do século IV, a promulgar oficialmente o cânon sagrado. Observe que a Igreja não criou o cânon. O cânon, que já estava pronto antes do segundo século e circulava com reconhecimento de autoridade divina desde os tempos mais remotos do cristianismo, apenas foi declarado oficialmente nesta data.

Os fatores que levaram à promulgação oficial do cânon cristão foram eclesiásticos, teológicos e políticos.

Eclesiásticos porque a Igreja necessitava saber, de maneira unívoca, quais livros deveriam ser lidos nos cultos ou traduzidos para outras línguas, uma vez que uma ou outra comunidade cristã poderia estar em posse de algum livro "espúrio" ou "não-inspirado".

Teológicos porque havia a necessidade de definir quais eram as doutrinas legítimas dos apóstolos, uma vez que, como vimos, existia uma grande quantidade de escritos falsos e heréticos que circulavam pelas comunidades.

E, por fim, políticos porque as perseguições de Diocleciano e suas ordens para que as Escrituras fossem queimadas também foi um forte motivo para que a comunidade cristã se preocupasse em definir oficialmente o que eram as Escrituras.

Além disso, o imperador Constantino, vinte e cinco anos antes, já havia pedido ao historiador Eusébio que preparasse 50 cópias completas das Escrituras; mas, para isso, havia a necessidade de saber exatamente quais livros deveriam ser considerados como "Escrituras".

Assim, em meados do século IV, a Igreja, mediante uma análise criteriosa e um retrocesso histórico de caráter investigativo, promulgou oficialmente o cânon oficial do cristianismo; cânon que, desde o final do primeiro século, circulava inteiramente escrito e coligido pelas comunidades cristãs em toda a extensão do Império.

## A recuperação do texto bíblico

O Antigo Testamento, como sabemos, foi redigido, em sua maior parte, em hebraico, o idioma dos israelitas. Todavia, cerca de 1000 a.C., o aramaico tornou-se o idioma oficial de todo o antigo Oriente Médio, de forma que três seções do Antigo Testamento foram escritas em aramaico.

Embora não existam manuscritos do Antigo Testamento cuja produção tenha se dado anteriormente ao cativeiro babilônico (586 a.C.), existem muitas cópias das Escrituras que datam da era do Talmude (300 a.C. a 500 d.C.).

Nesse período, as cópias das Escrituras resultavam de produções oficiais para a utilização nos cultos públicos e festas anuais nas sinagogas. "Um rolo separado continha a *Tora* (Lei); parte dos *Nebhiim* (Profetas) vinha em outro rolo;

os *Kethubhim* (Escritos), em outros dois rolos; e os *Megilloth* ("Cinco Rolos") em cinco rolos separados. Os *Megilloth* sem dúvida eram escritos em rolos separados a fim de facilitar a leitura nas festas anuais", nos dizem Geisler e Nix.

Posteriormente, na era dos massoretas (500 a 1.000 d.C.), houve uma padronização do texto hebraico, visto que este passou por diferentes formatos de escrita, segundo a influência que sofreu da escrita aramaica. Acredita-se que durante os séculos V e VI d.C., quando os massoretas padronizaram o texto bíblico, destruíram completamente todos os manuscritos que discordavam da padronização massorética do texto. Essa atitude foi o resultado do grande cuidado que os judeus tinham para com a preservação das Escrituras. O texto dos massoretas, por isso, se constitui como o principal texto veterotestamentário de que dispomos hoje para o estudo e conhecimento do Antigo Testamento.

A maior parte do texto massorético chegou até nós em alguns manuscritos completos, que datam do século IX d.C., ou de data posterior. Tais manuscritos completos são o resultado de um minucioso e sistemático trabalho.

Os judeus massoretas (do hebraico *massorah*, que significa "tradição") eram escribas eruditos sediados na escola rabínica de Tiberíades. Seu trabalho consistia na cópia esmerada de manuscritos hebraicos anteriores à sua época, além do desenvolvimento de um sistema de pontuação dos caracteres hebraicos que indicassem a pronúncia correta das palavras, uma vez que os textos hebraicos possuíam apenas consoantes e a forma de se pronunciar as palavras era ensinada oralmente por rabinos mais experientes.

Apesar de o texto dos massoretas (ou, simplesmente, "texto massorético") consistir de manuscritos relativamente recentes (considerando que todo o Antigo Testamento já estava escrito em cerca de 400 a.C.), várias evidências nos permitem crer que essas cópias representam fielmente o conteúdo dos originais.

Em primeiro lugar, há poucas variantes (famílias de manuscritos que apresentam erros parecidos ou peculiaridades em comum) nos manuscritos massoréticos. Em segundo, a grande concordância quase literal entre o texto massorético e a LXX (produzida por volta de 200 a.C.) indica que o trabalho dos massoretas reproduziu com grande grau de fidelidade o texto original do Antigo Testamento. Seguindo-se a isso, pode-se citar o esmero técnico com que os escribas hebreus sempre copiaram as Escrituras (exemplos de tais procedimentos já foram mencionados). Por fim, a contundente descoberta dos rolos do mar Morto (rolos do Antigo Testamento datados do século I, cujo texto mostra-se idêntico aos manuscritos massoréticos) comprova que o documento veterotestamentário mais antigo que dispomos hoje (o texto massorético) representa fielmente os manuscritos autógrafos do Antigo Testamento.

Dessa forma, fica claro que o "Antigo Testamento deve sua exatidão à habilidade e à confiabilidade dos escribas que o transmitiram." (Geisler e Nix).

Por sua vez, o Novo Testamento, redigido e finalizado até o final do século I, comporta uma dificuldade muito maior no que diz respeito à recuperação de seu texto; e vários motivos justificam essa dificuldade.

Em cerca de 95 d.C., as primeiras cópias dos manuscritos neotestamentários foram elaboradas logo após a redação dos originais. No entanto, a qualidade dessas cópias variava muito, de acordo com a perícia do escriba que a realizava. Havia cópias de grande exatidão, elaboradas por escribas profissionais e, portanto, muito mais caras, bem como havia cópias de menor qualidade, empreendidas por pessoas com pouca qualificação para essa tarefa. Além disso, as grandes perseguições aos cristãos dos quatro primeiros séculos motivaram cópias apressadas das Escrituras cristãs, visto que se encontravam sob a constante ameaça de extinção. Várias cópias eram empreendidas por membros das comunidades cristãs, e não por profissionais.

Somadas ao cenário descrito, havia também possibilidades de erros nas cópias causadas pela natureza da escrita do idioma grego: as letras eram escritas sem espaço entre palavras e frases. Isso fazia com que os copistas (considerando o processo altamente mecânico da escrita antes da invenção da imprensa), às vezes, copiassem a mesma palavra duas vezes, omitissem uma ou outra letra, invertessem caracteres, entre outros tipos de erros. Tudo isso fez com que o texto do Novo Testamento chegasse até nós com muitas variantes (cada "variante" é uma família de manuscritos que traz os mesmos erros; logo, deduz-se que tais manuscritos foram copiados de uma fonte em comum). Trata-se de um texto de qualidade muito inferior ao texto do Antigo Testamento, o texto massorético. Esse, por exemplo, praticamente não contém variante alguma.

De forma resumida e devido ao cenário de dificuldade com que o texto do Novo Testamento chegou até nós, os manuscritos neotestamentários mais antigos à nossa disposição são cópias de cópias (e assim por diante) dos originais, e datam de alguns séculos depois de Cristo. Existem, certamente, fragmentos do Novo Testamento encontrados em condições ruins, mas que datam do século I. Contudo, não estamos falando de fragmentos, mas de manuscritos inteiros. Os fragmentos avulsos de papiros nos ajudam a verificar o fato de que o Novo Testamento foi inteiramente escrito até o final do primeiro século; todavia, são de pouca valia para traçarmos, em meio às variantes do texto neotestamentário, um caminho seguro que nos permita identificar qual das variantes mais se aproxima do texto original. Essa é justamente a grande dificuldade da crítica textual.

Antes de tudo, é necessário esclarecer que nenhuma doutrina importante do cristianismo é posta em cheque pelas discrepâncias entre as variantes. Como nos

dizem os autores do *conciso dicionário bíblico*, "a existência de diversas variações no texto do Novo Testamento nos incita a examinar as fontes de procedência do dito texto [...]. A maior parte das divergências são insignificâncias causadas por descuido dos copistas e por revisão que não satisfaz."

Comprovado o fato de que nenhuma doutrina cardeal do cristianismo é afetada pela existência das variantes, resta-nos examinar as propostas existentes para se discernir o tipo de texto mais confiável, que mais se aproxima em fidelidade aos escritos autógrafos.

"A maioria dos críticos textuais atuais toma por certo que os manuscritos mais antigos devem ser considerados mais fidedignos, por estarem cronologicamente mais próximos do manuscrito original, pois haveria menos tempo para os erros se infiltrarem no texto grego." (Halley, H. H., *Manual Bíblico de Halley*).

Os manuscritos mais antigos, porém, são os que contêm mais variantes. Este grupo de manuscritos é chamado de "texto crítico". Além desse, há um grupo de manuscritos mais recentes. Apesar de eles estarem mais afastados cronologicamente dos originais, constituem a maioria dos manuscritos e quase não possuem variantes. Este grupo de manuscritos, denominado de "texto bizantino", originou o chamado "texto majoritário" (ou seus sinônimos: "texto recebido" e, em latim, *textus receptus*).

O texto bizantino, que mais tarde constituiria o "texto majoritário" foi o resultado de um período de padronização do texto do Novo Testamento, cuja responsabilidade deve ser atribuída, em grande parte, ao imperador Constantino (272 - 337).

Constantino pediu ao historiador Eusébio de Cesareia que providenciasse a cópia esmerada de cinquenta exemplares da Bíblia. Este empreendimento de Eusébio culminou em um grande esforço para se padronizar o texto neotestamentário a partir de cópias cuidadosamente elaboradas, fiéis aos manuscritos existentes.

Esta iniciativa de Constantino, além de ter fomentado decisões semelhantes por todo o Império, ainda contribuiu para a disseminação de um texto padronizado das Escrituras, dada a importância política de Constantinopla (cidade onde morava Constantino). Geisler e Nix afirmam que "quando Constantino transferiu a sede do Império para a cidade que levou seu próprio nome (Constantinopla), seria bem razoável supor que tal cidade haveria de dominar o mundo de fala grega, e que seus textos escriturísticos haveriam de tornarem-se os textos predominantes para a igreja."

Assim se desenvolveu a padronização do texto do Novo Testamento - o texto majoritário - resultando em um modelo de texto que, embora seja predominante, resultou de circunstâncias nas quais não havia "necessidade de classificar, avaliar e criticar os primeiros manuscritos do Novo Testamento. O resultado foi que o texto bíblico permaneceu relativamente intocado por todo o período." (Geisler e Nix).

Durante este período de padronização do texto neotestamentário, que se estendeu de 325 a 1500 d.C., os manuscritos unciais gregos (escritos em letras maiúsculas) foram cedendo espaço aos manuscritos cursivos (escritos em letras minúsculas e com caracteres mais ligados), cuja metodologia empregada para a escrita favorecia a produção numerosa de cópias do Novo Testamento, que eram cada vez mais procuradas.

Foi a partir do ano 1500 que os estudiosos da crítica textual, em busca de um texto cada vez mais próximo dos originais neotestamentários, começaram a buscar outros grupos de manuscritos, mais antigos, os englobados pelo título de "texto crítico".

Por fim, como vimos, tanto as variantes do texto crítico entre si quanto as diferenças entre ele e o texto majoritário, não desestruturam nenhuma doutrina do cristianismo - absolutamente. Por isso, em compensação à falta de qualidade dos manuscritos neotestamentários comparativamente ao texto massorético, a fidelidade textual do Novo Testamento pode ser atestada pela multiplicidade de cópias de manuscritos que, embora difiram entre si em pequenos pontos, apresentam, de modo geral, o mesmo conteúdo.

Dessa forma, entendemos o processo de formação do cânon cristão, bem como o de recuperação desse cânon. Como um complemento a este capítulo, o próximo abordará o período intertestamentário, juntamente com a vasta literatura por ele produzida.

# Capítulo 9

## ▼ A literatura do período intertestamentário

O período de 400 anos entre o Antigo e o Novo Testamento foi de extrema importância para o mundo. Além do rico desenvolvimento histórico propiciado pelas circunstâncias políticas, culturais e religiosas da época, este período produziu uma vasta literatura, que traria, futuramente, implicações de grandes proporções para a igreja. Neste capítulo, porém, o discurso recairá somente sobre a literatura do período intertestamentário (os detalhes históricos desse período serão posteriormente abordados na disciplina História dos Hebreus), e grande parte desta temática concentra-se na questão da canonicidade desses livros e do papel de tais obras no conjunto canônico ao longo da história da igreja.

No período entre os testamentos, como dissemos, houve uma grande produção literária. Diversos livros de cunho histórico, religioso, sapiençal e apocalíptico foram escritos entre os séculos III e I a.C. Entretanto, apesar da grande produção literária nessa faixa de tempo, os judeus tiveram dificuldades em considerar como Escrituras o produto desse período. Eles, obviamente, estavam muito familiarizados com tais obras, mas, de fato, o testemunho histórico judeu é de que os livros escritos nesse período não tinham o mesmo valor canônico que o restante das Escrituras e, de algum modo e mediante algum processo cuja natureza não conhecemos totalmente, os judeus filtraram a importância de tais obras, subtraindo delas o *status* de cânon.

Portanto, "não se sabe exatamente quando foi resolvido que a Bíblia hebraica (o nosso Antigo Testamento) deveria ser limitada aos 39 livros que agora contém. É provável que o cânon do Antigo Testamento tenha chegado à sua forma final nos séculos imediatamente anteriores aos dias de Cristo." (H. H. Halley, *Manual Bíblico de Halley*).

De fato, a literatura intertestamentária não era considerada pelos judeus como parte das Escrituras hebraicas. Flávio Josefo, um importante historiador judeu do século I, a rejeitou completamente. Tais livros nunca foram citados por Jesus nem reconhecidos como Escritura em nenhuma parte do Novo Testamento. Além disso, o testemunho dos primeiros pais da igreja é quase unânime em dizer que tais livros não eram divinamente inspirados. Diante de tantas evidências históricas que atestam o desmerecimento canônico dessas obras, a questão que nos surge é: como tais livros, então, acabaram aparecendo nas Bíblias ao longo dos séculos?

Apesar de a literatura produzida na faixa intertestamentária não ter sido considerada como Palavra de Deus pela maioria dos judeus da época, em determinado momento ela foi acrescida à Septuaginta (LXX), tradução que surgiu mais ou menos na mesma faixa de tempo em que tais livros foram compostos. Porém, notemos que tais livros foram acrescidos à LXX "em certo momento"; não se sabe em que momento isso aconteceu simplesmente porque não há evidências o suficiente para afirmar uma data correta.

Em verdade, existem defensores da ideia de que, desde o início, a LXX trouxe os livros intertestamentários em seu corpo. Sabemos, contudo, que tal afirmação é equivocada. As cópias existentes da LXX datam do século IV d.C., e nada comprova que tais livros haviam sido inclusos na LXX em datas anteriores. Esse equívoco, inclusive, fomentou, em alguns estudiosos a ideia de que tais livros tinham o mesmo valor canônico que todos os demais livros bíblicos, o que os levou a acreditar na existência autônoma de um suposto "cânon alexandrino" (produzido em Alexandria), separado do cânon mais tradicional, que seria o "cânon palestino". Obviamente, esses argumentos não se sustentam.

Todavia, sabemos que muitos dos livros intertestamentários eram valorizados pelos cristãos primitivos por serem de caráter edificante. Tais livros, embora não fossem considerados canônicos, eram lidos nas igrejas locais e, por isso, eram, às vezes, chamados de "livros eclesiásticos". Por este motivo, eles começaram a ser incluídos nos manuscritos bíblicos gregos e latinos.

Logo no início do século II d.C., uma tradução da Bíblia foi empreendida pelos cristãos. Eles traduziram a Bíblia inteira para o latim gerando uma tradução que ficaria conhecida como a "versão do latim antigo". Esta versão da Bíblia, com efeito,

trazia os livros "eclesiásticos". Pouco tempo depois, esta versão latina antiga da Bíblia serviria de base para a famosa *Vulgata Latina*, uma versão produzida por Jerônimo e que se tornaria a versão comum de toda a Europa Ocidental até os tempos da Reforma Protestante. A *Vulgata Latina*, por derivar-se da versão latina antiga, continha a literatura intertestamentária.

Portanto, o processo pelo qual os livros eclesiásticos foram se tornando conhecidos e, ao menos pelos mais leigos, confundidos com a literatura canônica, foi gradual. No entanto, pelo final do século IV, na época de Jerônimo, tal processo já havia avançado o suficiente para causar confusão. Logo, Jerônimo, ao incluí-los em sua tradução da Bíblia, reservou para eles um espaço específico e os nomeou com o termo "apócrifo" (que, literalmente, significa "obscuro", "escondido"). O termo apócrifo, então, designava a qualidade destes livros cuja natureza era incerta: ao mesmo tempo em que eram lidos com atenção por judeus e cristãos, ambos os grupos sabiam que não deveriam considerá-los como canônicos.

A conclusão é que, mediante um processo gradativo do qual pouco sabemos, os livros eclesiásticos foram se misturando ao cânon existente das Escrituras. Assim, tendo analisado de que maneira esses livros se infiltraram no cânon sagrado gerando todo o debate crítico subsequente acerca da sua natureza canônica, vejamos, agora, de que forma podemos nomear e classificar essas obras.

De forma geral, podemos chamar a maioria desses livros de "apócrifos". Tais livros têm autoria incerta e não são considerados canônicos pelos protestantes, nem pela maioria dos grupos judeus. No entanto, os católicos romanos, em concílio realizado após a eclosão da Reforma Protestante (o Concílio de Trento), passaram a oficializá-los como canônicos. Uma vez que o cânon já existia há muito tempo e tais livros foram a ele acrescidos, eles foram designados, pelos católicos, como "deuterocanônicos" (ou seja, "posteriormente" ou "tardiamente reconhecidos como canônicos").

Além deste, há ainda outro grupo de obras que tanto os protestantes quanto os católicos reconhecem tratar-se de fraudes. São livros cuja autoria é falsamente atribuída a determinados indivíduos que, certamente, não os escreveram. O título empregado pelos protestantes para designar este grupo de livros é o de "pseudoepígrafos". Para os católicos romanos, no entanto, tais livros são denominados de "apócrifos", uma vez que para eles o grupo de livros que temos por apócrifos não se constitui de livros obscuros, mas aceitos (portanto, "deuterocanônicos"). Assim, segundo os católicos romanos, o grupo de livros que deveria ser chamado de apócrifos é o grupo que denominamos de pseudoepígrafos.

De forma resumida, podemos entender a classificação da literatura apócrifa, deuterocanônica e pseudoepígrafa na seguinte tabela.

| Livros do período intertestamentário | Consideração para os protestantes | Consideração para os católicos romanos |
|---|---|---|
| Tobias, Judite, Sabedoria (de Salomão), Eclesiástico, 1 Macabeus, 2 Macabeus, Baruque. | Apócrifos | Deuterocanônicos |
| Acréscimos a Ester | Apócrifo | Deuterocanônico incluído em Ester |
| Carta de Jeremias | Apócrifo | Deuterocanônico incluído em Baruque |
| Acréscimos a Daniel (Oração de Azarias, Suzana, Bel e o Dragão) | Apócrifos | Deuterocanônicos incluídos em Daniel |
| 1 e 2 Esdras | Apócrifos | Não incluído no cânon |
| Oração de Manassés | Apócrifo | Não incluído no cânon |
| O testamento de Adão, 1 e 2 Enoque, O testamento de Jó, 3 e 4 Macabeus, além de muitos outros livros. | Pseudoepígrafos | Apócrifos |

Além da classificação da literatura intertestamentária observada na tabela anterior, vejamos, na seguinte, em que categorias literárias se enquadram os mencionados livros apócrifos-deuterocanônicos e pseudoepígrafos, bem como a data aproximada em que foram escritos.

| Título | Data | Tipo de literatura |
|---|---|---|
| Baruc (com epístola de Jeremias) | 150 a.C. | Sabedoria e Narração |
| Daniel 3.24-90 (adição grega; Oração de Azarias e Canção dos três mancebos) | 100 a.C. | Hino |
| Daniel 13 (Adição grega de Suzana) | 100 a.C. | História dramática |
| Daniel 14 (Adição grega de Bel e o Dragão) | 100 a.C. | Narração dramática |
| Eclesiástico (Sabedoria de Jesus, filho de Siraque) | 180 a.C. | Sabedoria |
| 3 Esdras | 150 a.C. | História (621-428 a.C.) |
| 4 Esdras | 100 d.C. | Apocalipse com prefácio e epílogo cristão |
| Ester (adição grega de 103 versículos) | 114 a.C. | Narração |
| Judite | 200 a.C. | História novelada |
| 1 Macabeus | 90 a.C. | História (180 – 161 a.C.) |
| 2 Macabeus | 90 a.C. | História (180 – 161 a.C.) |
| 3 Macabeus | 20 a.C | Ficção novelesca |
| 4 Macabeus | Entre 40 e 118 d.C. | Tratado sapiencial e teológico |
| Oração de Manassés | 120 a.C. | Oração de penitência baseada em 2Rs 21.10-17; 2Cr 33.11-19 |
| Sabedoria de Salomão | 10 a.C. | Sabedoria apologética judaica |
| Salmo 151 | data incerta | Hino de vitória |
| Tobias | 200 a.C. | Folclore |

Esta é, portanto, a vasta literatura produzida no período intertestamentário. Embora nós, protestantes, não reconheçamos os apócrifos (ou os deuterocanônicos) nem os pseudoepígrafos como livros inspirados, reconhecemos na maioria dessas obras um indiscutível valor histórico e religioso, sem o qual, muito do que ocorreu nos 400 anos entre os testamentos estaria perdido.

A leitura de tais obras, embora não deva de forma alguma ser feita com o fim de estabelecer ou fixar doutrinas, é muito proveitosa e deve ser incentivada.

Por fim, em nosso próximo e último capítulo, estudaremos as versões e traduções da Bíblia, desde as mais antigas até as recentes.

# Capítulo 10

## ▼ Manuscritos, traduções e versões das Escrituras

Tendo estudado a história da formação do cânon e de que maneira a Palavra de Deus chegou a nós desde seus escritos originais, no momento, nos fixaremos na história e na natureza das versões e traduções da Bíblia desde as primeiras até as mais modernas, história que remonta aos primeiros manuscritos bíblicos.

Assim, logo após analisarmos os mais importantes manuscritos das Escrituras, tanto do Novo quanto do Antigo Testamento, nos lançaremos em um estudo panorâmico das principais versões e traduções da Bíblia, cuja existência é atribuída, desde o início, à propagação da mensagem de Deus a povos que ignoravam as línguas originais das Escrituras.

Assim, retendo em nossa mente os motivos para nos lançarmos no estudo deste último capítulo de Doutrina das Escrituras, iniciemos nossa investigação.

## ◘ Principais manuscritos do Antigo Testamento

Como vimos no penúltimo capítulo, o texto bíblico chegou a nós mediante manuscritos antiquíssimos; esses, resultados de cópias de cópias dos originais. Dessa forma, o estudo dos manuscritos mais importantes da Bíblia nos coloca em contato com a história desse Livro, e de como podemos conhecê-lo a partir de seus documentos mais antigos.

### ■ O texto massorético

Já vimos que, em comparação com o texto do Novo Testamento, há poucos manuscritos antigos do texto veterotestamentário. Os principais textos do Antigo Testamento foram copiados durante o período massorético. Vejamos, portanto, alguns dos principais manuscritos desse período.

O *Códice do Cairo* ou *Códice cairota* (895 d.C.) é, talvez, o manuscrito mais antigo trazendo o texto dos profetas. O *Códice de Leningrado* (1008 d.C.) é o mais completo manuscrito do Antigo Testamento. Há também os importantíssimos fragmentos de *Cairo Geneza* (datados de 500 a 800 d.C.), descobertos em 1890, no Cairo. Tais manuscritos (cerca de 10 mil deles) estão espalhados por diversas bibliotecas.

### ■ Os rolos do mar Morto

Constituem-se como uma das maiores descobertas arqueológicas relativas ao estudo do cânon bíblico, bem como dos costumes dos judeus antigos.

Em 1947, um jovem árabe chamado Muhammad adh-Dhib, perseguindo uma cabra que havia se perdido nas grutas ao sul de Jericó e oeste do mar Morto, entrou em uma caverna onde descobriu algumas jarras contendo rolos de couro. Tratava-se de diversos manuscritos que compunham a biblioteca particular dos essênios (seita religiosa judaica que existiu por volta da época de Cristo).

Na gruta de número 4 foi encontrado o fragmento mais antigo do livro de Samuel. Tal fragmento data do século IV a.C. A gruta de número onze revelou a cópia de alguns salmos, incluindo o apócrifo 151, que até meados de 1956, por ocasião do estudo arqueológico dessa gruta, só era conhecido em textos gregos.

Diversas outras grutas revelaram textos e fragmentos de textos de outros livros do Antigo Testamento. Porém, apesar da grandiosidade dessa descoberta arqueológica em si, o maior valor desses manuscritos reside em seu testemunho: ao compararmos o texto do período massorético (que, como vimos, situa-se entre 500 e 1000 d.C.) com o texto dos manuscritos do mar Morto, verificamos, de forma surpreendente, que eles são essencialmente idênticos. Tal fato aponta para o inimaginável esmero do trabalho dos copistas judeus que, cuidadosa e sistematicamente, copiaram com toda a fidelidade as Escrituras, além de fornecerem grande segurança quanto à fidelidade do texto do Antigo Testamento.

## ◘ Principais manuscritos do Novo Testamento

### ■ Papiros

Nos séculos II e III, quando o cristianismo era uma religião ilegal, os manuscritos eram copiados em papiro, pois era necessária a utilização de um material fácil de se encontrar, além de barato.

Existem cerca de 26 manuscritos do Novo Testamento em papiro. Um dos mais importantes é o *Fragmento de John Rylands* (escrito entre 117 e 138 d.C.). Este é o manuscrito mais antigo e traz um trecho do Novo Testamento. Escrito de ambos os lados da página de papiro, ele contém cinco versículos do evangelho de João (Jo 18.31-33,37,38).

Já os *Papiros Chester Beatty* (datando de 250 d.C.) consistem de três códices que abrangem a maior parte do Novo Testamento. São também uns dos mais famosos manuscritos neotestamentários.

Por fim, há também os *Papiros Bodmer* (escritos entre 175 a 225 d.C.) que se constituem também como os mais importantes manuscritos do Novo Testamento. Além de alguns dos apócrifos, este grupo de papiros contém os evangelhos de João e Lucas, além do livro de Judas, 1 e 2 Pedro, entre outros trechos do Novo Testamento. O evangelho de Lucas mais antigo de que se tem notícia pertence aos *Papiros Bodmer*.

### ■ Unciais

Apesar da antiguidade de alguns dos manuscritos em papiro, os mais importantes manuscritos do Novo Testamento são os unciais (redigidos em letras maiúsculas, portanto, cuidadosamente redigidos).

Escritos em velino e pergaminho, os unciais datam dos séculos IV e V e, embora existam cerca de 297 manuscritos unciais descobertos, nos focaremos nos principais.

O *Códice Vaticano* é o mais antigo deles e foi redigido entre 325 e 350 d.C. Durante muito tempo desconhecido dos estudiosos, este manuscrito em formato de códice veio à tona em 1475, na ocasião de um processo de catalogação dos livros da Biblioteca do Vaticano, e foi publicado pela primeira vez em fac-símile fotográfico em 1890. Este códice contém a maior parte do Antigo Testamento grego (derivado da Septuaginta), o Novo Testamento grego e os livros apócrifos, com algumas omissões.

Há também o *Códice Sinaítico* (também chamado de Álefe). Este é considerado um dos mais importantes entre os mais importantes, pois, além de ser bastante antigo (tendo sido redigido na primeira metade do século IV), é também bastante exato e não contém omissões no texto do Novo Testamento. Sua porção veterotestamentária está completa em mais de sua metade e vem da LXX.

Traz todos os apócrifos do Antigo Testamento, além da "Epístola de Barnabé" e "O Pastor de Hermas", ambos apócrifos do Novo Testamento. Este manuscrito foi publicado em 1938 em um volume com o título *Scribes and correctors of Codex Sinaiticus* ("Escribas e corretores do códice sinaítico").

O *Códice Alexandrino* é também um dos mais importantes volumes manuscritos. Datando do século V, mais precisamente por volta de 450 d.C., é um manuscrito muito bem conservado e um dos mais importantes representantes do Novo Testamento. Em 1078, esse códice foi dado de presente ao patriarca de Alexandria, que lhe deu o nome pelo qual o conhecemos. O Códice Alexandrino traz, com algumas mutilações, todo o Antigo Testamento. Quanto ao Novo Testamento, está completo em sua maior parte.

Provavelmente redigido em Alexandria, o *Códice Efraimita* data por volta de 345 d.C. Por se tratar de um códice reescrito, este manuscrito é palimpsesto e, mediante técnicas químicas, foi possível notar o texto bíblico por debaixo dos sermões de Efraim (daí seu nome *Efraimita*), um pai da igreja do século IV. A esse códice falta a maior parte do Antigo Testamento, porém, contém os apócrifos. Ao Novo Testamento faltam 2Tessalonicensses, 2João e partes de outros livros.

Por fim, há também o *Códice Beza* (também chamado de *Códice de Cambridge*) como um dos mais importantes. É o manuscrito bilíngue mais antigo que se conhece do Novo Testamento, escrito em grego e em latim. Foi descoberto no Mosteiro de Santo Irineu pelo teólogo francês Teodoro Beza que, em 1581, o doou à Universidade de Cambridge. Ele contém os quatro evangelhos, Atos e 3João 11-15, com variações tiradas de outros manuscritos.

### ■ Cursivos

Em geral, os manuscritos cursivos (ou minúsculos) datam dos séculos IX ao 15, e são de qualidade inferior, se comparados aos papiros ou unciais. Totalizam cerca de 4.643 manuscritos classificados em famílias.

Por não haver um só manuscrito cursivo que acrescente algo ao texto bíblico em termos de crítica textual, neste espaço, não os relacionaremos pelo nome. Geisler e Nix, sobre isso, dizem: "[...] foram copiados de manuscritos minúsculos ou manuscritos unciais primitivos, e poucas evidências novas acrescentam ao Novo Testamento." Entretanto, um trecho retirado da *Pequena enciclopédia bíblica*, de Orlando Boyer, nos mostra a natureza desse tipo de manuscrito e lança-nos luz acerca de sua importância.

"Como a procura por manuscritos do NT crescia cada vez mais, tornou-se necessário empregar outra forma de escrita, com letra menor e mais fácil de se escrever. Essa necessidade foi atendida pela introdução da letra corrente ou 'cursiva', que

já se empregava na correspondência comercial e outras espécies de texto. Assim, surgiram as formas minúsculas contrastantes com as maiúsculas [...] dos mais antigos manuscritos. [...] Durante quase dois séculos, usou-se a escrita uncial e a cursiva [simultaneamente] mas, aos poucos, prevaleceu esta última forma de escrita. Foi nesse formato de letra que chegou até nós a grande maioria dos manuscritos do NT [...]."

Assim, de fato, podemos notar o valor dos manuscritos cursivos: eles desempenham um papel importante na apologética ao texto do Novo Testamento proporcionando, segundo Geisler e Nix, "uma linha contínua de transmissão do texto bíblico, enquanto os manuscritos de outras obras clássicas apresentam brechas de novecentos a mil anos entre os autógrafos e suas cópias manuscritas [...]."

Portanto, os manuscritos cursivos desempenham uma valorosa participação na continuidade da transmissão do texto bíblico.

## ◘ Traduções e versões das Escrituras

As versões/traduções mais antigas da Bíblia serviam ao propósito missionário. Elas foram compostas essencialmente para transmitir aos demais povos (que ignoravam as línguas originais nas quais a Bíblia foi escrita) a mensagem de Deus. Entretanto, tais traduções antigas nos servem, hoje, a mais um propósito: o da crítica textual.

Isso significa que, pelo fato de as primeiras traduções terem sido confeccionadas em uma época realmente próxima da época de confecção dos originais, grandes são as probabilidades de os textos dessas traduções mais antigas serem bastante fiéis aos textos originais. Portanto, hodiernamente, a importância do exame das primeiras traduções não se relaciona somente com seu valor histórico, mas também ao estudo do texto bíblico em busca de sua maior pureza.

Sendo assim, neste tópico veremos as primeiras e principais versões da Bíblia. Antes, contudo, é necessário nos familiarizarmos com algumas distinções entre os termos.

### ■ Tradução

Uma tradução é a transposição de um determinado texto de uma língua para outra. Por exemplo, se certo texto em alemão fosse transcrito para o inglês, esse trabalho se caracterizaria como uma tradução. No entanto, quando se fala em tradução, diferentes formas de se fazer isso podem ser empregadas. Existem, portanto, diferentes tipos de tradução.

A *tradução literal* constitui-se em um tipo de trabalho que procura expressar, com o maior grau possível de fidelidade, o sentido das palavras originais do texto que está sendo traduzido. Trata-se, assim, de uma transcrição textual, palavra por palavra. É um tipo de tradução muito utilizada por estudantes das línguas originais da Bíblia.

Alguns exemplos, em português, de Bíblias traduzidas de forma literal são a *Almeida Revista e Corrigida* (ARC), publicada pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), a *Almeida Corrigida Fiel* (ACF), publicada pela Sociedade Bíblica Trinitariana, entre outras.

A *tradução dinâmica* caracteriza-se pela intenção de estimular no leitor a mesma reação que os leitores originais tiveram ao ler as obras originais. Neste tipo de tradução não há uma grande preocupação em traduzir palavra por palavra buscando as correspondências do idioma; antes, a tradução dinâmica visa à familiarização do leitor com os campos semânticos produzidos pelo texto. Embora seja uma tradução mais indicada para leitores leigos e menos proficientes, ela também é de muito proveito para estudantes. Ademais, trata-se do tipo de tradução ideal para o evangelismo.

Em língua portuguesa, exemplos dessa categoria de tradução são a *Nova Versão Internacional* (NVI), publicada pela Sociedade Bíblica Internacional (SBI), a *Tradução Ecumênica da Bíblia* (TEB), publicada por uma parceria entre a editora Loyola e a Paulinas, e a *Nova Tradução na Linguagem de Hoje* (NTLH), publicada pela SBB, entre outras.

A *paráfrase*, por sua vez, é uma tradução "livre" ou "solta", que busca traduzir a ideia de determinado texto, ao invés das palavras ou sentenças em si. Nesta categoria de tradução não há preocupação alguma com os limites dos textos originais senão com as ideias trazidas por eles. Ao tradutor é facultado, inclusive, acrescentar palavras ao texto para que o sentido por ele entendido seja corretamente transmitido. Observe, contudo, que este tipo de tradução é a que mais se sujeita à interpretações particulares do tradutor. Poderíamos dizer, portanto, que a paráfrase é mais uma interpretação do tradutor que uma tradução *per se* do texto. Ironicamente, estudantes também podem se valer destas traduções no final de seu processo exegético a fim de comparar os resultados de sua própria exegese (baseada em uma tradução mais literal) com o texto da paráfrase.

Traduções bíblicas deste tipo na língua portuguesa são a *Nova Bíblia Viva*, publicada pela editora Mundo Cristão (MC) e a Bíblia *A Mensagem* (de Eugene Peterson), publicada pela editora Vida.

### ■ Versão

A versão é, em suma, uma tradução da língua original (ou com consulta direta a ela) para outra língua. Apesar da semelhança de significado para com o termo tradução, a versão difere da tradução em um único sentido: enquanto a tradução é simplesmente a mudança de um texto de uma língua para outra, a versão é a mudança de um texto da língua em que foi escrita para outra língua qualquer. Dessa forma, a versão caracteriza-se também como uma mudança que envolve o idioma de determinado texto, porém, quando se trata de verter o texto de uma língua para outra, diferentemente da tradução, na qual a transposição de idiomas pode ocorrer

a partir de qualquer língua - ainda que não seja a original - , necessariamente a língua a ser traduzida precisa ser a língua original em que o texto foi escrito.

Uma ilustração pode explicar mais propriamente o conceito de versão. Suponhamos que uma determinada carta tenha sido redigida em alemão. Qualquer tradução que se proponha a produzir uma cópia dessa carta em outra língua partindo da carta em alemão constitui-se como uma versão. Por outro lado, suponhamos que uma versão em português daquela carta tenha sido produzida. Se fôssemos traduzir este documento do português para, por exemplo, o inglês, a carta que resultaria não poderia ser chamada de versão, pois o processo de mudança de idiomas partiu de um idioma que não o original no qual a carta foi escrita primeiramente.

Portanto, podemos dizer que toda versão é uma tradução, mas nem toda tradução é uma versão. Assim, de forma concisa, vejamos agora as principais versões e traduções das Escrituras.

***O Pentateuco Samaritano***

O Pentateuco Samaritano está intimamente ligado à história do povo samaritano. Durante o reinado de Onri (880-874 a.C.), a capital havia sido fixada em Samaria, e todo o Reino do Norte veio a ser chamado pelo nome de sua capital. Em determinado ponto, por volta de 430 a.C., é possível que uma cópia da Lei possa ter sido feita e levada ao templo rival do Templo de Judá. Assim, o Pentateuco Samaritano não é realmente uma tradução ou versão das Escrituras, todavia, trata-se de uma das primeiras cópias do Pentateuco de que se tem notícia.

O mais antigo do Pentateuco Samaritano data de meados do século 14 e trata-se de um fragmento de um pergaminho (um rolo chamado Abisa). O códice do Pentateuco Samaritano mais antigo traz uma nota sobre ter sido vendido em cerca de 1150 d.C., embora se saiba tratar-se de um documento muito mais antigo.

O Pentateuco Samaritano, hoje, é considerado inferior ao texto massorético em termos de fidelidade aos originais. Ele traz alguns acréscimos e mudanças em comparação à Septuaginta (LXX) e ao hebraico do texto massorético.

***Os Targuns***

Após o cativeiro, os judeus deixaram de falar o hebraico e o aramaico passou a ser o idioma oficial. Nessa época, então, quando as Escrituras eram lidas em público, havia a necessidade de explicá-las em aramaico. Tais explicações consistiam em interpretações e paráfrases e, com o passar de muito tempo, deixaram a oralidade e começaram a ser escritas. O resultado disso é um texto que, ao longo dos séculos, atingiu uma conformação oficial chamada de *targum* (uma palavra de origem hitita que significa "explicar" ou "traduzir").

Os mais antigos *targuns* foram provavelmente escritos na Palestina do segundo século d.C. "Esses textos primitivos, oficiais, do *targum*, continham a lei e os profetas, embora alguns targuns de épocas posteriores também incluíssem outros escritos do Antigo Testamento." (Geisler e Nix).

### ■ A Septuaginta

A Septuaginta (LXX) caracteriza-se como a primeira tradução do Antigo Testamento para outra língua. Conta-se que para esse trabalho de tradução, setenta e dois eruditos da Palestina (seis de cada uma das doze tribos de Israel) foram para Alexandria onde traduziram, em setenta e dois dias, todo o Pentateuco para o grego. Com o passar do tempo, a designação de "Septuaginta" foi atribuída a toda a tradução do Antigo Testamento e não somente aos seus cinco primeiros livros.

A importância dessa obra é incalculável. Ela serviu como um elo religioso entre os judeus (de língua hebraica) e os demais povos (de língua grega), e serviu também "para cobrir o lapso histórico que separava os judeus do Antigo Testamento dos judeus e dos cristãos de língua grega que adotaram a LXX como seu Antigo Testamento [....]." (Geisler e Nix). De forma geral, a LXX é bastante fiel ao texto massorético.

### ■ Antiga latina

Uma das traduções mais antigas que conhecemos das Escrituras hebraicas é a *Antiga latina*. Essa versão foi assim chamada para que se diferenciasse de uma versão latina posterior, a *Vulgata*. Foi composta antes de 200 d.C. e foi realizada no norte da África, a partir da LXX. Os pais Tertuliano e Cipriano, no século II, fizeram uso dessa versão. Por sua vez, o Novo Testamento da versão *Antiga latina* é representado por três documentos distintos: o *Códice bobiense* (uma tradução livre do texto grego, datando do século II); o *Códice vercelense* (escrito por Eusébio de Vercelli, morto em 370-371 d.C.); e o *Códice veronense* (este serviu de base para a *Vulgata Latina*).

### ■ Vulgata latina

A *Vulgata Latina* é, em suma, o resultado de um esforço para padronizar o texto escriturístico em latim que circulava ao redor da segunda metade do século IV (que, como vimos, vinha de cerca de quatro textos distintos, e de diferentes qualidades).

O bispo de Roma chamado Damasco (366-384), ciente da quantidade de versões da Escrituras que circulavam em sua época, empreendeu a confecção de uma versão nova e autorizada das Escrituras em latim, uma versão que suprisse

a falta de qualidade e de padrão das diversas versões latinas, e sobre a qual as doutrinas oficiais da igreja pudessem ser estabelecidas. Para tal tarefa, Damasco nomeou o erudito Jerônimo (340-420), que, partindo de uma revisão do *Códice veronense* (que compunha os textos da *Antiga latina*), escreveu o Novo Testamento e, partindo do texto hebraico, traduziu o Antigo. "O texto dos apócrifos contidos na *Vulgata* é de valor ainda menor, já que se trata simplesmente do texto da *Antiga latina* anexado à tradução veterotestamentária de Jerônimo." (Geisler e Nix).

### ■ Traduções para o português

No princípio, as traduções das Escrituras para a língua portuguesa eram caras e parciais. A imprensa ainda não havia sido inventada e os livros, produzidos em forma manuscrita (e em folhas de pergaminho), eram caros. Por isso, eram custeados ou pela igreja romana ou por nobres e reis.

Alguns nomes que se envolveram nessa tarefa foram o do rei português D. Diniz (1279-1325), que traduziu da *Vulgata latina* para o português vinte capítulos do livro de Gênesis. A neta do rei D. João I, D. Filipa, traduziu os evangelhos do francês. No século 15, em Lisboa, o evangelho de Mateus foi publicado juntamente com trechos dos demais evangelhos pelo frei Bernardo de Alcobaça, que se baseou na *Vulgata latina*. Em 1495, o cronista Valentim Fernandes preparou e publicou a primeira harmonia dos evangelhos em língua portuguesa. No início do século 19, o padre Antônio Ribeiro dos Santos traduziu os evangelhos de Mateus e Marcos.

Apesar das primevas traduções parciais da Bíblia para o português, das quais apenas algumas foram mencionadas, a primeira tradução completa da Escritura para o português foi empreendida por João Ferreira de Almeida.

Almeida, com apenas dezessete anos, iniciou seu trabalho de tradução da Bíblia para o português valendo-se dos originais em hebraico, aramaico e grego. Para o Novo Testamento, utilizou o texto bizantino, além do auxílio da tradução holandesa, francesa, italiana, espanhola e latina (a *Vulgata*). Em 1681, surgiu o primeiro Novo Testamento em português. Logo após a publicação do Novo Testamento, Almeida iniciou a tradução do Antigo que, devido ao seu falecimento, foi concluída em 1748 pelo pastor Jacobus op den Akker, da Batávia. Em 1753, pela primeira vez, a Bíblia em português foi completamente impressa em dois volumes. Esta é, evidentemente, a famosa *versão João Ferreira de Almeida* - produzida em solo europeu.

Também há a *versão de Antônio Figueiredo*, um padre de Tomar (próximo a Lisboa) que, partindo da *Vulgata latina*, traduziu inteiramente o Antigo e o Novo Testamento, inicialmente publicados em vários volumes. Porém, em 1821, a Bíblia completa de Figueiredo foi publicada em um só volume.

Apesar das duas mencionadas traduções completas para a língua portuguesa, a primeira versão para o português produzida - inteiramente - em solo brasileiro foi a chamada *Tradução brasileira*. Essa versão, patrocinada em 1902 pelas sociedades bíblicas, foi levada a efeito por diversos especialistas nas línguas originais, além de especialistas na língua portuguesa. Melhores manuscritos que os utilizados por Almeida foram empregados para a *Tradução brasileira*, publicada em 1917.

Em 1948, organizou-se a Sociedade Bíblica do Brasil. Essa entidade fez duas revisões no texto de Almeida. Uma menos profunda, que ficou conhecida como *Almeida Revista e Corrigida*, e uma mais profunda, que se chama *Almeida Revista e Atualizada*.

Diversas outras versões e traduções da Bíblia para o português foram feitas no século 20 e algumas novas estão sendo produzidas no século 21. Todavia, para um profundo conhecimento das versões da Bíblia (tanto das versões em português quanto das versões para outros idiomas), é necessária uma pesquisa aprofundada nesse tema. Uma exposição completa desse assunto alcançaria uma extensão incompatível com um material como esse. Portanto, os alunos que desejarem se aprofundar no assunto, devem, necessariamente, utilizar as obras mencionadas na bibliografia. Para conhecer melhor a tradução de Almeida, uma das mais famosas entre os leitores protestantes, nosso aluno também pode consultar diretamente o site da Sociedade Bíblica do Brasil (www.sbb.org.br).

## ▼ Conclusão

O cristianismo é, entre outros aspectos, uma religião revelatória. Em última instância, suas asserções derivam de documentos inspirados por Deus de modo que, em essência, a religião cristã baseia-se em um conhecimento da divindade que não poderia ser alcançado por meios ordinários. Antes, o conhecimento verdadeiro e profundo de Deus só pode ser atingido porque Deus optou por revelar-se nas Escrituras. Isso faz com que toda a estrutura do cristianismo fundamente-se primariamente nessa revelação especial de Deus que chamamos de Bíblia.

Com efeito, portanto, o estudo da natureza da Bíblia faz-se necessário a quem quer alcançar um maior entendimento acerca desse Livro, de Deus e da religião cristã. A Bibliologia é, assim, uma doutrina essencial ao estudante de teologia. Nela, a Bíblia é abordada a partir de diferentes ângulos visando proporcionar ao discente uma compreensão mais apurada da natureza desse Livro, da relação desse Livro para com o homem e, mais enfaticamente, de como o próprio Deus se relaciona com esse Livro; tudo isso para que cristãos vocacionados ao amadurecimento teológico possam contribuir, em diversos ministérios, com uma educação religiosa/teológica que propicie uma visão verdadeira acerca da revelação especial de Deus. No cenário teológico brasileiro, tão machucado pelas ideias que deformam o fundamentalismo, tal compreensão acerca das Escrituras é necessária e urgente.

Além disso, a Doutrina das Escrituras coloca o estudante em contato com a história da humanidade mediante o vislumbre da história da escrita. Através dos séculos o homem desenvolveu sua comunicação e, por diversos motivos, sua comunicação culminou na emergência da escrita. A evolução dessa, por sua vez, refletiu em incontornáveis progressos alcançados pelo homem. De maneira sinergística, a escrita evoluiu influenciando as sociedades ao mesmo tempo em que as sociedades evoluíram influenciando a escrita. Por isso, alguém já disse que a história da humanidade se funde com a história da escrita e, de fato, a bibliologia tangencia esse amadurecimento do ser humano e de sua comunicação.

Assim, reconhecendo o valor intrínseco da bibliologia e interiorizando seus principais conceitos e definições, nos preparamos para prosseguir com nosso desenvolvimento teológico. Com o conhecimento da Doutrina das Escrituras, o estudante vê-se, neste ponto, preparado para prosseguir às demais disciplinas, bem como se encontra apto a discernir o principal instrumento do cristianismo: a Bíblia Sagrada.

## ▼ Referências bibliográficas


- ✓BARREIRA, Júlio Trebolle. A Bíblia judaica e a Bíblia cristã. In: *Introdução à história da Bíblia*. Trad. Pe. Ramiro Mincato, Petrópolis: Vozes, 1995.
- ✓BAXTER, J. Sidlow. *Examinai as Escrituras*. Trad. Neyd Siqueira. Vol.1, São Paulo: Vida Nova, 1992.
- ✓_____. *Examinai as Escrituras*. Trad. Neyd Siqueira. Vol.2, São Paulo: Vida Nova, 1992.
- ✓_____. *Examinai as Escrituras*. Trad. Neyd Siqueira. Vol.3, São Paulo: Vida Nova, 1992.
- ✓BENWARE, Paul N. *Panorama del Antiguo Testamento*. Michigan: Editorial Portavoz, 1994.
- ✓BROWN, Raymond E. *Comentário bíblico San Jeronimo*. Trad. Alfonso de La Fuente, Jesus Valiente e Juan Jose Del Moral. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1971.
- ✓CONFORT, Philips Wesley. *The Origin of the Bible*. Illinois, Tyndade House Publishers, 1992.
- ✓EKDAHL, Elizabeth Muriel. *Versões da Bíblia:* por que tantas diferenças?. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- ✓ELLIS, Peter F. *Os homens e a mensagem do Antigo Testamento*. Trad. Flávio C. de Castro. São Paulo: Editora Santuário, 1991.
- ✓FRANCISCO, Clyde T. *Introdução ao Velho Testamento*. Trad. Antônio Neves de Mesquita. Rio de Janeiro: JUERP, 1995.
- ✓GRUDEM, Wayne. *Teologia sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- ✓HORTON, Stanley M. (org.). *Teologia sistemática*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- ✓ KONINGS, Johan. *A Bíblia nas suas origens hoje*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- ✓LASOR, Willian S., HUBBARD, David A.; BUSH , Fredeic W. *Introdução ao Antigo Testamento*. Trad. Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- ✓NATAL, Milagro. *Curso de iniciación al Antigo Testamento y al Nuevo Testamento*. Madrid: Editora Verbo Divino, 1993.

- PRICE, Ira Maurice. *Compendio de la história del Antiguo Testamento*. Trad. Elise V. Lee. Barcellona: Editorial Clil, 1991.
- RENDTORFF, Rolf. *A formação do Antigo Testamento*. Trad. Bertholdo Weber. São Leopoldo: Sinodal, 1989.
- RIBEIRO, Jonas Celestino. *Toda a Bíblia em um ano*. Rio de Janeiro: Edições Vida Plena, 2000.
- SCHMIDT, Werner H. *Introdução ao Antigo Testamento*. Trad. Annemarie Höhn. São Leopoldo: Editora Sinodal / IEPG, 1994.
- SILVA, José Apolônio. *Sintetizando a Bíblia*. Rio de Janeiro: CPAD, 1984.
- BUCKLAND, A. R. *Dicionário Universal*. São Paulo: Vida, 2007.
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.
- CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. São Paulo: Candeia, 1997.
- GEISLER, Norman; NIX, William. *Introdução bíblica*. São Paulo: Vida, 1997.
- RYRIE, Charles C. *Teologia Básica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.




**www.saberefe.com**
**Acesse agora!**